



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

CAMILA GROSSELI

**A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES
PARA A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL**

CHAPECÓ

2021

Camila Grosseli

**A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES
PARA A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Claudécir dos Santos

CHAPECÓ

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Grosseli, Camila

A importância da sociologia de Florestan Fernandes para a interpretação do Brasil / Camila Grosseli. -- 2021.

64 f.

Orientador: Doutor Claudécir dos Santos
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Chapecó, SC, 2021.

1. Florestan Fernandes. 2. Sociologia. 3. Interpretação do Brasil. I. Santos, Claudécir dos, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CAMILA GROSSELI

A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES
PARA A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

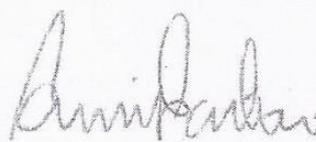
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Sociais.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 28/01/2021.

BANCA EXAMINADORA

CLAUDECIR DOS SANTOS

Prof. Dr. Claudécir dos Santos – UFFS
Orientador



Prof. Dr. Ari Jose Sartori – UFFS
Avaliador



Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – UFFS
Avaliador

Para:

Alcides Luiz Grosseli

Laurindo Honorato Götz

Em memória.

AGRADECIMENTOS

À minha família: minhas avós; meus pais Emilde F. G. Grosseli e Rodolfo Grosseli, obrigada por terem me dado a vida e a capacidade de seguir atrás de meus objetivos; minha irmã Carliana Grosseli, obrigada por estar sempre ao meu lado, mesmo quando não mereci e por acompanhar, incentivar e vibrar por cada conquista. Eu amo vocês.

Ao meu companheiro de vida Marcio Martins, agradeço por estar sempre ao meu lado suportando a tudo. Obrigada pelo companheirismo, dedicação e por muitas vezes se doar muito mais que poderia. Gratidão pelas palavras de carinho e incentivo. Amo você.

À Universidade Federal da Fronteira Sul e todos aqueles que fizeram parte da luta para hoje termos um campus de Universidade Federal em Chapecó-SC.

À minha banca, Professor Doutor Ari Jose Sartori e Professor Doutor Danilo Enrico Martuscelli.

Ao meu orientador, Professor Doutor Claudécir dos Santos, que mesmo não sendo a área que foca hoje em sua atuação, aceitou orientar um Trabalho de Conclusão de Curso que já se encontrava em andamento, lhe devo um mundo de agradecimentos.

Aos professores do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS campus Chapecó por nos propiciarem acesso ao conhecimento, em especial Ari Jose Sartori e Valdete Boni, não encontro palavras para expressar a minha gratidão por tê-los nesse trajeto e por todo apoio. Obrigada! Levo-os para a vida.

Aos meus queridos colegas Norberto Luiz Pietzsch, Neudir Zachy, Gisele Ferreira e Sandra Martins Pereira, tenho uma enorme admiração por vocês e tão grande é a gratidão por tê-los conhecido nessa trajetória. Sigam! Há muito ainda para ser desbravado. Obrigada pelos momentos de conversa e descontração.

Às minhas amigas Mariane Ferreira, Nathuany Collelo, Dirlene Trentinaglia e Luiza Maestri. Obrigada pelo apoio de sempre, pelas palavras necessárias e pelos incentivos. Agradeço por fazerem parte dessa trajetória e hoje da minha vida.

À mim mesma, que cheguei até aqui e hoje consigo olhar para traz e perceber que, apesar das adversidades da vida, concluí estes 05 (cinco) anos com êxito. Venci mais uma etapa!

A todos que fizeram parte dessa trajetória, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

No ano em que se comemora o centenário de Florestan Fernandes (2020), um professor, pesquisador, sociólogo e político, mas, acima de tudo, um cidadão brasileiro, autor de uma obra que nos ajuda a interpretar o Brasil, consideramos importante e necessário problematizá-la a fim de melhor compreendermos essa condição que estamos atribuindo a sua obra. Desta forma, a pesquisa tem como objetivo perceber em que medida a Sociologia de Florestan Fernandes se apresenta como um “sistema” para interpretar o Brasil. Para isso, recorremos a um estudo bibliográfico guiado pelo método analítico-reconstrutivo e interpretativo, que nos permitiu resgatar as diferentes temáticas trabalhadas em suas obras através de uma descrição detalhada dos pontos principais levantados pelo autor, facilitando assim uma reconstrução dos escritos na atualidade. No caso das obras de Florestan, a análise do Brasil de seu tempo traz presente uma realidade que pôde ser interpretada para além da época em que ele viveu. Em nosso entendimento, a partir do conjunto de seus escritos, na reconstrução de seus principais pontos, é possível perceber um “sistema” de análise da sociedade brasileira, observado através dos seguintes escritos: A organização social dos Tupinambá (1963); A função social da guerra na Sociedade Tupinambá (1970); A integração do negro na sociedade de classes (Vol. 1 e 2, 1964); A revolução burguesa no Brasil (1975); Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina (1981); e A contestação necessária (1995). As obras foram selecionadas através de uma cronologia proposta por Haroldo Ceravolo Sereza em uma análise presente no livro Florestan: a inteligência militante (2006), e se deram juntamente com anos que traziam algum ponto relevante na vida de nosso autor, sendo, respectivamente: a obtenção de seus títulos de Mestre e Doutor, a obtenção de sua Cátedra em Sociologia I, seu exílio no Canadá, seu retorno ao Brasil e sua última obra publicada. É importante salientar que suas obras se vinculam àquelas que nos permitem uma visão crítica na interpretação do Brasil, o que tornou possível a proposição de apresentá-las como um “sistema” para a interpretação do Brasil, visto que as contribuições do sociólogo Florestan Fernandes não se findam nas últimas páginas de seus livros, pelo contrário, além das análises dos períodos em que se inserem, permitem uma explanação do presente, servindo também de base para novas análises e discussões.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Interpretação do Brasil. Sociologia.

ABSTRACT

In the year that is celebrated Florestan Fernandes' Centenary (2020), a professor, a researcher, sociologist and politician, most of all, a Brazilian citizen, author of a work that helps us to interpret Brazil, we consider important and necessary to problematize it, to understand better the condition we are relating his work to. By this mean the research has as a goal to realize how far does Florestan Fernandes sociology presents itself as a "system" to interpret Brazil. To this end, is used a bibliographic study oriented by the analytic-reconstructive and interpretative method that allows us to recover the different thematics presented in his work through a detailed description of key points raised by the author easing the reconstruction of his works in the present moment. In the case of Florestan's works, the analysis of that time's Brazil, brings a reality that could be understood beyond the time he has lived. In our understanding, by the studying of his works and the reconstruction of the key points is possible to see an analysis "system" of Brazilian society, observed through the subsequent works: *A organização social dos Tupinambá* (1963); *A função social da guerra na Sociedade Tupinambá* (1970); *A integração do negro na sociedade de classes* (Vol. 1 e 2, 1964); *A revolução burguesa no Brasil* (1975); *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1981); e *A contestação necessária* (1995). The works were defined by a chronology proposed by Haroldo Ceravolo Sereza in a book *Florestan: a inteligência militante* (2006) altogether with relevant points of our author's years of life, being them respectively: the obtaining of his master and doctor's degrees, his Cathedra in Sociology I, his exile in Canada, his return to Brazil and his last released work. It is important to emphasize that his works link us to a critic point of view of Brazil, wich turned possible the possibility of presenting it as a "system" to interpret Brazil, As long as the sociologist Florestan Fernandes's contributions are not limited to his books last pages, beyond the time the analysis is inset, allowing a present explanation, also contributing to a basis of new analysis and discussions.

Key-words: Florestan Fernandes. Brazil's interpretation. Sociology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Solicitação de refúgio – Haitianos (2010-2017)

42

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – A organização social dos Tupinambá	27
Quadro 02 – A função social da guerra na Sociedade Tupinambá	28
Quadro 03 – A integração do negro na sociedade de classes (vol. 1 e 2)	29
Quadro 04 – A Revolução Burguesa no Brasil	31
Quadro 05 – Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina	33
Quadro 06 – A contestação necessária	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
FLORESTAN FERNANDES: UM BRASILEIRO SOCIÓLOGO	
CAPÍTULO 2	25
A OBRA DE FLORESTAN FERNANDES: UM “SISTEMA” PARA PENSAR A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
CAPÍTULO 3	36
O LEGADO DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES PARA INTERPRETAR O BRASIL DE HOJE	
3.1 A SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO E OS DILEMAS EDUCACIONAIS	46
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	56
ANEXO	58

INTRODUÇÃO

A importância de Florestan Fernandes como sociólogo brasileiro vai além das suas contribuições para o desenvolvimento da Sociologia enquanto disciplina na educação brasileira. Esse fato, por si só, é merecedor de elogios, mas tratando-se de Florestan é preciso ressaltar que sua obra se vincula àquelas que ajudam, criticamente, a interpretar o Brasil.

Partindo dessa percepção, este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância dos escritos sociológicos de Florestan Fernandes para a interpretação do Brasil. Para isso, propõe uma apresentação do autor intercalada com a atuação profissional e as diferentes temáticas debatidas em suas obras. A intenção em seguir esse percurso se associa ao propósito de demonstrar que a sociologia de Florestan Fernandes se apresenta como um “sistema” para interpretar o Brasil, ou seja, nos permite uma leitura abrangente do desenvolvimento do país ao longo das obras desse autor, sendo a partir deste ponto que se desenvolve nosso problema de pesquisa.

Em relação aos aspectos metodológicos que envolvem este trabalho, a metodologia que utilizamos para o desenvolvimento do estudo é de natureza bibliográfica, guiada pelo método analítico-reconstrutivo e interpretativo, desenvolvendo desta forma leitura, análise e interpretação dos livros escritos por Florestan Fernandes, para assim alcançarmos nosso objetivo.

É importante destacar que, de acordo com Zambello [et. al] *apud* Mello e Silva (2018, p. 66) “a pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral”. Entendemos que para uma pesquisa de conclusão de curso de graduação, essa opção permite um estudo aprofundado e renovado sobre o pensamento do autor em questão e sua vasta obra.

Essa escolha metodológica está imbricada à trajetória acadêmica da pesquisadora, bem como às pretensões de continuidade da pesquisa. Ou seja, o primeiro contato com o autor aqui destacado se deu ainda em sala de aula, mais especificamente em um componente curricular voltado à Antropologia Brasileira, sendo também o único. A partir disso surgiu o questionamento acerca do motivo pelo qual não aprofundávamos um autor que detém grande importância para a Ciência Social brasileira. Tendo em vista essa importância desenvolvemos o presente trabalho através do seguinte caminho: leituras para aprofundamento de conhecimentos sobre a bibliografia do autor; seleção das obras destacadas no presente trabalho; fichamentos; e desenvolvimento do texto.

Obviamente, a relevância de um/a autor/a e sua obra não se esgota nas páginas de um único trabalho acadêmico, mas, independentemente dos alcances que o trabalho poderá ter, para ser relevante, precisa estar amparado em uma metodologia que permita a identificação dos resultados e a análise crítica a partir deles. Esse processo poderá motivar a continuidade da reflexão a partir de novas e outras investigações – era essa, aliás, uma das defesas de Florestan Fernandes.

Nesse contexto, seguindo o caminho metodológico descrito, o problema de pesquisa que envolve esse estudo centra-se na tentativa de compreender em que medida a sociologia de Florestan Fernandes se apresenta como um “sistema” que nos permite interpretar o Brasil. Sabemos que o Brasil da época de Florestan Fernandes não é o Brasil de nossos dias, e, em muitos aspectos, está distante do Brasil histórico, mas Florestan desenvolveu uma obra com atenção aos índios, aos negros, às elites brasileiras, à burguesia, à democracia, à educação, etc. Portanto, o desafio que nos propomos é percebê-la como um “sistema” que ajuda a interpretar o Brasil.

Para tanto, o trabalho foi organizado em três capítulos, sendo o primeiro a biografia de Florestan Fernandes, de sua infância e educação primária enquanto vivia com sua mãe na casa de sua madrinha – a própria patroa de sua mãe - até sua vida acadêmica e profissional, seu exílio no Canadá durante o período ditatorial e seu retorno ao Brasil. Destaca-se aqui que, diferentemente do que se possa pensar sobre a vida dos intelectuais, Florestan Fernandes não era oriundo da burguesia de sua época, sua mãe era empregada doméstica. Parte de seu ensino primário, bem como o gosto pela leitura e pelos estudos, foi obtido pelo período que morou com sua mãe na casa onde ela trabalhava. Abandonou os estudos por um período devido às dificuldades financeiras e, ao retomar, anos mais tarde, era visto por muitos como autodidata. Concluiu o ensino ginásial – que corresponde aos quatro últimos anos do atual ensino fundamental – e ingressou na graduação, concluindo posteriormente também o mestrado e o doutorado, sendo sempre atuante nos meios: social, educacional e político.

O segundo capítulo diz respeito à análise de algumas de suas obras que nos permitem uma interpretação do Brasil, que é o principal objetivo deste trabalho. Desta forma, as obras escolhidas foram, como principais: *A organização social dos Tupinambá* (1963); *A função social da guerra na Sociedade Tupinambá* (1970); *A integração do negro na sociedade de classes* (Vol. 1 e 2, 1964); *A revolução burguesa no Brasil* (1975); *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1981); e *A contestação necessária* (1995) e, como secundárias: *A Universidade Brasileira* (1975); e *A Sociologia no Brasil* (1980).

As obras foram selecionadas a partir de uma cronologia proposta por Haroldo Ceravolo Sereza em uma análise presente no livro *Florestan: a inteligência militante* (2006), as principais se deram juntamente com anos que traziam algum ponto relevante na vida de nosso autor, sendo, respectivamente: a obtenção de seus títulos de Mestre e Doutor, a obtenção de sua Cátedra em Sociologia I, seu exílio no Canadá, seu retorno ao Brasil e sua última obra publicada. Já as secundárias foram selecionadas para que pudéssemos fazer uma análise sobre a importante atuação de Florestan Fernandes no meio educacional.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos realizar uma análise geral, interpretando o Brasil a partir das obras destacadas, entrelaçando com pontos relevantes que conseguimos observar na sociedade atual, já que, com a seleção das obras destacadas anteriormente, temos nos escritos de Florestan Fernandes uma linha histórica em que podemos acompanhar o desenvolvimento do Brasil em sua quase totalidade. São estes pontos que nos permitem alcançar nosso objetivo.

A partir disso nos cabe destacar que, visto o objetivo deste trabalho ser refletir sobre a importância dos escritos sociológicos de Florestan Fernandes para a interpretação do Brasil e o problema de pesquisa permear a compreensão de em que medida a sociologia de Florestan Fernandes se apresenta como um “sistema” que nos permite interpretar o Brasil, ou seja, que nos traz uma leitura abrangente do desenvolvimento do país ao longo das obras desse autor, não nos coube aqui, neste momento, tratar de críticos de Florestan Fernandes, portanto o que apresentamos aqui são leituras acerca das obras de Florestan, bem como de seus prefaciadores.

É inegável que os escritos de Florestan Fernandes possuem grande relevância e que o mesmo foi um grande intelectual de sua época e uma importante personalidade no meio educacional, social e político, atuando principalmente em defesa da escola pública e na análise do Brasil em seu desenvolvimento, fatos esses que podem ser observados através da leitura e interpretação de seus escritos. É fato também que a relevância aqui destacada não permanece aqui, nem a importância de uma figura intelectual como Florestan permanece em um trabalho acadêmico, contudo mesmo que mantenham sua atualidade ao longo do tempo, é importante que reforcemos a sua importância, como faremos neste trabalho.

CAPÍTULO I

FLORESTAN FERNANDES: UM BRASILEIRO SOCIÓLOGO

[...] “Vicente” como o apelidara sua madrinha [...], com quem viveu parte da infância, que não admitia que alguém de origem tão humilde – filho de sua empregada doméstica – tivesse um nome tão pomposo quanto “Florestan” [...]. (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Considerado como um dos 10 (dez) maiores sociólogos de sua época, podendo ser chamado de clássico da Sociologia Brasileira e também, visto por muitos, como o “Pai da Sociologia Brasileira”, Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920 em São Paulo - capital. Em seus primeiros anos de estudo, o filho da empregada doméstica, ao ser amadrinhado pela patroa de sua mãe, teve a oportunidade de frequentar a escola e aprender a ler, mas a divisão de seus estudos com o trabalho não durou por muito tempo e na terceira série primária precisou largar a escola para ajudar sua mãe e tentar “ganhar a vida”. Barros, Rodrigues & Teixeira (2015, p. 141) destacam que “essa relação, sofrendo as pressões do poder, era o que lhe forçava a fazer uma constante busca para superar as suas condições precárias de vida”.

A vida na casa de sua madrinha possibilitava a convivência com pessoas de diferentes nacionalidades, o que contribuiu para que Fernandes compreendesse as complexidades do mundo e pudesse vislumbrar uma vida diferente da que vivia. Essa convivência também lhe possibilitou o encontro com os livros e o desenvolvimento do seu amor pela leitura. Com isso, entre 1930-40 concluiu o ensino básico – com resistência de sua mãe, pelo medo de que ao concluir, Fernandes passasse a sentir vergonha dela – com o curso de madureza ofertado pelo Ginásio Riachuelo em São Paulo.

Devido ao gosto pelos estudos e, principalmente, pela leitura e o autodidatismo que o diferenciava dos demais garotos de sua idade, ouvia de seus amigos que ele ainda iria “ficar com o miolo mole de tanto ler”, o apoio para os estudos veio, portanto, dos clientes – em sua maioria professores universitários e jornalistas – que frequentavam o Bar do Bidu (onde Fernandes trabalhava como garçom).

É importante destacar que, em meio a isso, nos anos de 1933, 1934 e 1935 ocorreram as fundações da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, a Universidade de São Paulo e a Universidade do Distrito Federal, respectivamente, todas elas sendo consideradas marcos históricos na trajetória das Ciências Sociais no Brasil. Anterior a essas fundações, já se tinham cadeiras de Sociologia nos cursos de Filosofia e Direito – por exemplo – em outras universidades brasileiras ao final dos séculos XIX e XX.

Concluído o curso de madureza decidiu iniciar o curso superior. Como necessitava trabalhar para manter a sua mãe, os cursos de tempo integral foram descartados, restaram os cursos de meio período e a escolha pendeu aos seus interesses intelectuais e políticos. Candidatou-se às seleções dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, também, para a seção de Ciências Sociais e Políticas: foi aprovado em ambos, optando assim, aos 21 (vinte e um) anos de idade, pela faculdade de Ciências Sociais da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Aqui, novamente, o autodidatismo rendeu frutos, as leituras realizadas no trabalho lhe deram condições para prestar o exame e ingressar na Faculdade, sendo que esse momento foi de fundamental importância para a trajetória intelectual brasileira, visto que os escritos de Fernandes aproximam o passado do presente, apresentando uma evolução de todo pensamento acadêmico florescido em São Paulo.

Barros, Rodrigues & Teixeira (2015, p. 143-4) destacam que os esforços de Fernandes para se desenvolver enquanto acadêmico foram válidos, facilitaram a relação com seus colegas e professores e, devido à boa relação com estes, foi convidado “para entrevistas pessoais acerca da possibilidade de vir a desenvolver trabalhos, indicados por esses professores” e aos 22 (vinte e dois) anos Florestan já escrevia artigos para a revista de Sociologia, para o jornal O Estado de São Paulo e na Folha da Manhã, “o que lhe conferiu prestígio e notoriedade entre os intelectuais da sociedade paulistana. Entre as décadas de 1940 e 1950 construiu sólidas amizades e relações intelectuais com Fernando de Azevedo e Antônio Candido”.

Concluída a graduação, Fernandes decide ingressar no curso de pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), determinado a ampliar seus conhecimentos na área que escolheu tornar-se intelectual; na sua primeira tentativa não obteve sucesso, encontrado o motivo deste infortúnio e determinado a ingressar, consegue aprovação ainda no ano de 1945 e, dois anos depois, obtém seu título de Mestre em Antropologia com a pesquisa *A Organização Social dos Tupinambás* (publicado em 1963); e em 1951 obteve seu título de Doutor pela mesma instituição, com a pesquisa *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (publicado em 1970).

Ambas as obras destacadas anteriormente dizem respeito à primeira fase da carreira acadêmica de Florestan Fernandes, obras de cunho antropológico. Nelas observamos o método estrutural funcionalista de pesquisa, em que, sem poder ir a campo para realizar sua pesquisa acerca dos Tupinambás (povos aborígenes que se localizavam entre os atuais estados do Rio de Janeiro e Bahia, e que já eram considerados “extintos”), Florestan precisou ater-se às observações realizadas por cronistas e viajantes, que as faziam com o intuito de transmitir as sensações e experiências que tinham com esses povos, aos seus países de origem.

Florestan destaca na introdução de *A Organização Social dos Tupinambá* (1989, p. 15-6) que a mais rica parte dos dados obtidos para a formulação desse trabalho foi resguardada para a realização de trabalhos futuros, sendo, portanto, *A Função Social da Guerra na sociedade Tupinambá* o referido trabalho. No que tange ao meio educacional, Fernandes afirmava que o educador, antes de tudo, é um formador de homens – sua maior preocupação era que isso entrasse em esquecimento

[...] devido à forma como se dava a expansão e institucionalização do magistério, impetrando assim uma compreensão restritiva do real papel do professor, devido à isso se posicionava de forma radical, sendo visto como um professor sério e responsável, convertendo a Cadeira de Sociologia I em um verdadeiro espaço educativo por excelência, com o propósito de formar quadros de alto nível no campo das Ciências Sociais (BARROS; RODRIGUES; TEIXEIRA, 2015, p. 147-8).

A Constituição de 1934 previa que a educação brasileira era de incumbência do Estado, devendo este garantir uma educação para todos. Esse dever permaneceu na Constituição seguinte e possibilitou as discussões para a elaboração de um projeto que ficaria conhecido como as Leis das Diretrizes de Base (LDB) a partir de 1947. Para Fernandes (apud OLIVEIRA, 2010, p. 38), “essas discussões possibilitaram a reelaboração da vida escolar para algo mais condizente com a realidade dos estudantes”, contudo o projeto permaneceu arquivado até 1951 e até 1955 ocorreu uma reconstituição do mesmo e, no ano seguinte, voltou a ser debatido.

Entre 1958 e 1959 apareceram projetos substitutivos que denotavam um certo favoritismo pela educação privada, pondo “por água abaixo” as idealizações por um ensino básico para todos. A fim de combater esses “substitutivos” foi iniciada a Campanha em Defesa da Escola Pública. Dentre as figuras marcantes desse período estava Fernandes, que já era visto como um dos grandes defensores da escola pública, tornando-se um dos líderes desse movimento.

Nos anos anteriores a 1960, Fernandes participava ativamente de diversos debates acerca da educação – que o autor defendia assiduamente. Nesse contexto, vale ressaltar o projeto para a educação apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, que visava equiparar os recursos das escolas públicas e privadas, o que culminava no favorecimento das escolas particulares, em sua grande maioria – na época – católicas. Esse projeto fez com que Fernandes percorresse diversas cidades brasileiras fazendo palestras com o lema “verba pública para escola pública” e, com outros intelectuais, criou o “Manifesto Mais Uma Vez Convocados” – em alusão ao Manifesto Pioneiros da Educação Nova” de 1932 – obtendo grande adesão da imprensa e da sociedade civil, sendo esse, para Fernandes (2019, p. 21), “um dos movimentos

de maior importância na defesa da escola pública e do acesso universal ao Ensino”. Em 1961 aprovou-se um dos projetos substitutivos que tendiam às escolas privadas como a LDB da Educação Nacional.

Cometeu-se um crime contra o ensino, atendendo-se às pretensões das correntes privatistas e às pressões reacionárias de círculos católicos obscurantistas. A verdade inofismável é que o Congresso parece ser cativo dessas forças, não tendo, por isso, meios de consolidar a democracia na esfera do ensino. Acomoda-se, quando devia revoltar-se; omite-se ou tergiversa, quando devia decidir e impor soberanamente as soluções mais convenientes à democratização do ensino e à diferenciação qualitativa do sistema educacional brasileiro (FERNANDES, 1966 apud OLIVEIRA, 2010, p. 44).

Sartre (1994, p. 07) diz que “só quando se rebela, o “especialista” torna-se um intelectual”, a partir disso, pode-se afirmar que Fernandes tornou-se um intelectual ao assumir a possibilidade de um conflito constante com o governo da época ao defender assiduamente a educação brasileira em sua forma pública, contudo, diferentemente da maioria dos intelectuais existentes, ele não era oriundo da elite e, nas palavras de José de Souza Martins no prefácio de *A Revolução Burguesa...* (FERNANDES, 2006b, p. 14) “não só se empenhou em desvendar o Brasil, mas também em construir uma sociologia que dialogava com as melhores tradições teóricas estrangeiras, o que efetivamente se pode chamar de uma sociologia brasileira. Algo que não fosse uma cópia teórica, mas criação teórica”, cabe destacar que o intelectual deve, para Sartre (1994, p. 09), “assumir o ponto de vista das massas populares para entender a sociedade”, porém “as massas populares não têm como criar os seus próprios intelectuais”.

[...] os técnicos do saber são produzidos pela classe dominante com uma contradição que os dilacera: por um lado, enquanto assalariados e funcionários menores das superestruturas dependem diretamente dos dirigentes [...] e se situam necessariamente na particularidade, como um dado grupo do setor terciário; por outro, na medida em que sua especialidade é sempre o universal, esses especialistas são a própria contestação dos particularismos que lhes foram injetados e que não podem contestar sem contestar a si mesmos (SARTRE, 1994, p. 28).

Em 1964, com a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (publicada em 1965), Fernandes assume oficialmente a Cadeira de Sociologia I da USP, no lugar de Roger Bastide que retornava à Europa, destacando que (1980, p. 178) seu objetivo era “pôr em prática as concepções que formara a respeito do ensino da sociologia, e ao antigo símbolo *made in France* opor o *feito no Brasil*, a fim de implantar e firmar padrões de trabalho que nos permitissem realizar contribuições à sociologia”, dou ênfase aqui ao *feito no Brasil*, pois Fernandes era um grande defensor do que aqui era produzido. Tendo realizado toda a sua

formação com professores e com leituras, em sua maioria, franceses, Fernandes passou a desenvolver e defender a produção – principalmente acadêmica – brasileira.

A Cadeira de Sociologia I, segundo o autor (1980, p. 188), “possuía o equivalente de uma “política” e de uma “filosofia”. A primeira regulava o comportamento ao nível institucional e a segunda regulava o comportamento em face das tarefas de docência e de pesquisa.” Ao assumir a Cadeira de Sociologia I o “especialista em educação” tornou-se um “verdadeiro educador”.

Na obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (que possui dois volumes), Florestan procura desconstruir o “mito da democracia racial” que havia se instaurado no Brasil, e procura combater as explicações culturais existentes a respeito do “caráter nacional” destacando que a “não-integração” do negro na sociedade se deu pela sua exclusão, sobretudo do mercado de trabalho.

Florestan Fernandes passou por várias fases. A primeira é a do professor da década de 1940, aquele que ao mesmo tempo em que construía o seu saber, construía a possibilidade de saber dos outros. Essa foi a fase de consolidação do intelectual, em termos de universidade. A segunda fase, década de 1950, é aquela do professor Florestan apaixonado pela explicação dos saberes do mundo, uma fase de florescimento, de autoafirmação e que engendrava uma era de conflito. [...] A terceira fase, data do final da década de 1950 e começo da década de 1960, na qual ele transforma seu saber e a compreensão que tinha do mundo numa poderosa arma de combate. Essas fases, mesmo em etapas distintas se misturavam, porque para Florestan o saber estava em estado de construção constante, e sempre afirmava “que é necessário educar e educar-se para a vida” (FERNANDES, 1977 *apud* BARROS; RODRIGUES; TEIXEIRA, 2015, p. 147).

Florestan sempre foi aclamado e respeitado no exercício de suas funções, seja enquanto professor ou político, fato que reforça ainda mais a visão dele enquanto intelectual. Sartre destaca que o intelectual não é o produto de uma decisão, “mas o monstruoso produto de sociedades monstruosas” e segue:

[...] se um argumento do intelectual tem importância e se a multidão dele se apropria, será apresentado em si, sem relação com o primeiro que o apresentou. Será um raciocínio anônimo, apresentado como de todos. O intelectual é suprimido pela própria maneira em que se faz uso de seus produtos (SARTRE, 1994, p. 32-3).

Em 1964 instaura-se o regime ditatorial no Brasil e as Universidades não ficaram de fora das intensas repressões ocorridas no período, sua preocupação com esse momento foi salientada pelo próprio em um discurso de formatura quando foi paraninfo da turma de 1964, após isso seu nome passou a fazer parte de uma lista de professores cassados pelo regime. A partir de 1968 Fernandes passa a ser monitorado – juntamente com sua família – pelo DOPS

(órgão de repressão política do período), sendo aposentado compulsoriamente em 1969 e, como consequência, perdendo sua cátedra.

Oliveira (2010, p. 70) destaca que mesmo no período em que se manteve exilado devido a sua aposentadoria compulsória pelo Ato Institucional nº 5, que segundo ele não ocorreu por ter sido um subversivo clandestino, mas sim pelos dados em seu currículo, não deixou de lutar por uma “revolução democrática”. No Canadá – destino de seu exílio – tornou-se professor de sociologia, como *Latin American in Residence*, na Universidade de Toronto, tornando-se professor titular desta em 1970”.

Florestan foi um dos primeiros intelectuais a perceber que o golpe de 1964 não seria um episódio passageiro e, para explicar essa nova conjuntura [...] aprofundou seus estudos sobre a questão da revolução [e contrarrevolução], das especificidades das revoluções burguesas sob o imperialismo e a consequente constituição do capitalismo dependente (BARÃO, 2018, p. 123).

Importante relatar que foi durante seu exílio no Canadá que Fernandes concluiu sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicada em 1975), que nasceu em um momento de incertezas e procura auxiliar na compreensão de qual tipo de sociedade capitalista estava em desenvolvimento no Brasil. O que permite refletir sobre o destino histórico do país que herdamos e que buscamos compreender, seis anos após, em 1981, publica *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, que reúne escritos de Fernandes para conferências, seminários e congressos e que visavam debater a crise estrutural que perpassava a América Latina no período e o dilema do capitalismo dependente “instaurado” pela Revolução Burguesa.

São as heranças da chamada Revolução Burguesa que ainda nos mantém atrelados à sociedade colonial pré-revolução de 1930, tendo em vista que as Ciências Sociais passaram a surgir pós-1925, pode-se dizer que nesse momento pós regime “civil-militar” ainda era vista como uma área nova, sendo assim, sofreu com as inflexões do período, surgem nessa época dilemas a respeito de que rumo o país tomaria e como se organizaria a sociedade, e, a partir destes pontos, tem-se o desenvolvimento de reflexões no âmbito das ciências sociais. Dessa forma, *A Revolução Burguesa no Brasil* destaca-se, pois traz consigo temáticas que levam à reflexão de uma sociedade marcada por tensões e contradições estruturais.

Voltou para o Brasil por razões pessoais em 1973. Proibido pelos militares de lecionar, coordenou para a Editora Ática a série "Grandes Cientistas Sociais", procurando sobreviver como podia. Havia rejeitado convites para trabalhar nos USA, na Alemanha e até mesmo no CEBRAP [...] Suas razões foram políticas: não trabalharia

para instituições financiadas com recursos americanos, pois atribuía aos EUA a iniciativa de iniciar e sustentar o golpe militar no Brasil (FREITAG, 2005, p. 232).

Em 1986 – pós regime “civil-militar” – Fernandes filia-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), que acompanhava desde sua formação, apesar disso, destaca Oliveira (2010, p. 80): “incomodava ao sociólogo a falta de um programa partidário que sustentasse o partido enquanto núcleo político da classe trabalhadora”, mesmo depois de filiado, Fernandes seguiu polemizando as posições do partido.

Oliveira (2010, p. 80) segue afirmando que com a filiação e, posteriormente, sua candidatura para deputado, “Florestan via a possibilidade de defender no Congresso as posições que sempre pregou ao longo da vida”, com isso, Oliveira (2010, p. 90) descreve que Florestan passa a se dedicar ao fortalecimento do partido, contribuindo em debates acerca da consolidação da democracia no país “que, a seu ver, corria o risco de permanecer restrita e sob o controle das mesmas forças políticas e econômicas do período ditatorial” e, nesse mesmo ano, elegeu-se deputado federal.

Neste sentido, Oliveira (2010, p. 91-9) salienta que Fernandes defendia que o partido deveria trabalhar para “dar vez e voz” à classe operária brasileira, para isso seria necessário educá-la, sem isso “abre-se espaço para que o estado continue a exercer a função de servir à iniciativa privada”. Contudo, Fernandes não fala aqui de educar as massas para o uso de técnicas industriais, o autor afirma que se trata de pôr em prática uma filosofia de valores que dignifiquem o trabalho e que aspire direitos, a fim de possibilitar “uma interação social como fonte de aperfeiçoamento moral da pessoa e da sociedade, para que os “condenados da terra” se tornem “dirigentes” de seu mundo”.

No partido, Fernandes foi decisivo no processo constituinte, no qual apresentou entre 93 e 96 emendas¹, tendo destaque principal a que foi incluída no artigo 201 da Constituição, que visa “a autonomia didático-científica, administrativa e financeira da Universidade”. Assim como afirma Oliveira (2010, p. 113-4), percebe-se a grande preocupação de Fernandes com a criação de um sistema educacional para todos e que abraçasse a classe operária enquanto tal, visto que “o trabalho para ele (na condição de estudante, professor universitário, cientista social, militante socialista, parlamentar e publicista) cumpre um efetivo papel de pedagogo das causas sociais”.

¹ Durante leituras e pesquisas a respeito, não foi possível encontrar o número exato, por isso optou-se pela aproximação.

Fernandes preocupava-se também com a formação política dos educadores, pois afirmava que a transformação da sociedade demandava um grande esforço educativo e, destaca Oliveira (2010, p. 115-6), essa “tarefa não pode prescindir dos conhecimentos produzidos pela humanidade e da vinculação com os movimentos políticos e sociais que se fundam na perspectiva igualitária de instauração de um verdadeiro “reino da liberdade” – na qual a práxis existencial vai além da produção e da reprodução material”.

Dessa forma, temos na figura de Florestan Fernandes um profissional de extrema importância no que tange a educação brasileira, cabe destacar que dentre todos os seus escritos acerca da educação é forte a presença do papel do profissional da educação, para ele o profissional de sociologia deve ser e estar preparado para produzir o conhecimento necessário a respeito do entendimento e, se necessário, da transformação da ordem existente. Em seus escritos ganham fundamental importância os campos referentes às sociologias descritiva, comparada e diferencial ou histórica, esta última em destaque:

Em primeiro lugar, porque se trata de estabelecer uma teoria geral adequada à civilização em crise e à explicação do padrão de civilização emergente. [...] Em segundo lugar, porque é preciso focalizar, no plano empírico e teórico, como essa situação enrijece e, simultaneamente, exacerba os dinamismos da civilização em crise (FERNANDES, 1980, p. 132).

Importante destacar que, segundo Arruda (1996, p. 58), nos países capitalistas avançados a Sociologia surge em meio a modernidade e a esta se conecta, contudo no Brasil ela vem junto ao bloqueio do moderno, por isso, a análise desse processo histórico realizada por Fernandes permeia na discussão da formação da sociedade pautada na mentalidade burguesa “de uma ética do “ganho”, do “lucro” e do “risco calculado” visível na ordem social competitiva”.

Na visão de Florestan Fernandes, a maneira de captar as particularidades da estratificação social no Brasil reside no emprego simultâneo dos conceitos de casta, de estamento e de classe. [...] Por essa via, é possível estabelecer as conexões entre a produção de Florestan, a tradição intelectual brasileira e as questões suscitadas pelo momento social, sabendo que tais correlações jamais são imediatas, ou que possa ocorrer identidade simples entre obra e classe ou determinantes de várias naturezas. (ARRUDA, 1996, p. 64-65).

Freitag (2005, p. 234-5) destaca como principais entre esses dilemas o social, o racial e o educacional. O primeiro apresenta-nos a fase de modernização do Brasil enquanto sociedade rural-estamental, que sofre em se libertar da estrutura até então enraizada; o segundo apresenta e trata da abolição da escravatura como algo precipitado, que não assegurou ao povo negro uma

real integração na sociedade, deixando-os excluídos do mercado de trabalho e à margem dos processos de modernização e de inclusão à nossa sociedade, dificultando o acesso destes aos mecanismos que possibilitavam “ascensão social”; e o terceiro dilema é visível até os dias de hoje, trata da ambiguidade da nossa sociedade, esta que se diz democrática, trata a educação como um “mecanismo de ascensão e inclusão social, mas que, de fato, mostra-se seletivo e pouco atraente para os já desprivilegiados (negros, pobres, mulheres e outras minorias)”.

Ainda segundo Freitag (2005, p. 235), esses três dilemas nos permitem compreender (de uma forma mais nítida) até hoje, o sistema educacional que sofreu poucas mudanças, essas que pouco auxiliam os mais desprivilegiados de nossa sociedade, culminando cada vez mais para a estratificação e ambiguidade de nossa sociedade. É visível “nas escolas (mesmo públicas) e universidades, os negros e mestiços sub-representados, reservando-se a maior parte das vagas para os brancos”.

Compreende-se que essa estrutura se fez através das dominações interna e externa existentes na sociedade, estas que instauraram e mantiveram o capitalismo dependente através da submissão aos imperialismos de alguns países desenvolvidos, mas como compreendê-las? Fernandes (2009) nos apresenta a exploração das riquezas do país pela Coroa Portuguesa, explicando que com a crise do sistema colonial surge a dominação das exportações pelos países europeus e, posteriormente, o desenvolvimento industrial, que reforçaram a dominação das exportações e importações pelos países europeus e, conseqüentemente, o desenvolvimento comercial com a expansão de grandes corporativas, mantendo a hegemonia aos países desenvolvidos. Tudo isso culmina em um país subdesenvolvido que, não podendo produzir grande parte do que se faz necessário para sua manutenção, depende das exportações e importações de produtos.

O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico ao moderno e suscita seja a arcaização do moderno, seja a modernização do arcaico (FERNANDES, 2009, p. 66).

Florestan (2009, p. 68-73) destaca que o capitalismo dependente não possui condições para gerar uma ordem social competitiva estável/dinâmica e culmina em moldar a sua própria, em que prevalecem os limites impostos pela “condição burguesa”; esta por sua vez tende a restringir, direta e indiretamente, a participação dos trabalhadores assalariados, refletindo também no que tange a educação destes e dos seus, auxiliando no crescimento e desenvolvimento da classe trabalhadora. Mas é justamente esse fato que ameaça as “classes superiores”.

À medida que os interesses, as posições e as formas de solidariedade das classes "altas" e "médias" se viram ameaçados pela classificação, mobilidade social e violência dos setores assalariados, pobres ou despossuídos, passou-se da conciliação para o endurecimento. Os resultados dessa metamorfose consubstanciam-se no aparecimento de um "Estado democrático" forte, capaz de "salvaguardar a democracia" e de "garantir o desenvolvimento com segurança". Esse Estado pode não ser uma utopia das burguesias latino-americanas, mas ele é o Estado burguês típico da América Latina capitalista, que se propõe sufocar pela força, já que não pode resolver as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. [...] Ele se assegura, por sua vez, "legitimação constitucional", conquistada "revolucionariamente" [...] (FERNANDES, 2009, p. 104).

Para Fernandes apud Costa (2011, p. 41-2), sendo a educação um importante fator de mudança social, o ensino de Sociologia se faz de suma importância nesse meio, pois possibilita a formação de um cidadão capaz de compreender e atuar de forma crítica dentro de nossa sociedade, contudo não deveria ficar apenas nessa linha, também se faria necessário a introdução e mediação de debates acerca das questões fortemente presentes no então contexto.

Outro ponto importante destacado por Costa (2011, p. 44) sobre o pensamento educacional de Fernandes diz respeito à percepção do caráter elitista do ensino brasileiro, visível desde o primário até o ensino superior, e destaca que, para o autor, “o ensino de sociologia não poderia ser desvinculado da ideia da sociologia enquanto autoconsciência social, a partir da qual todas as camadas sociais poderiam orientar suas ações e objetivos”, quando olhamos para as reformas decorrentes nos diversos governos que já passaram pelo Brasil, observamos o “sobe e desce” do ensino da Sociologia, um verdadeiro dilema ao ensino público do País.

Por muito tempo debateu-se a respeito desse assunto, contudo foi deixado de lado com a explicação, segundo Costa (2011, p. 54), de que o ensino médio brasileiro funcionava apenas como uma ponte para o ensino superior, apresentando apenas um caráter de aquisição e informações, dando a ideia de que o nível médio de ensino não possui valor em si mesmo para formar um cidadão consciente e, por isso, “a inclusão de disciplinas eminentemente críticas e reflexivas, como a sociologia, seria um desperdício de tempo, esforço pedagógico e recursos”.

Em contraponto, tinham-se argumentos defensores e contra o *status quo*, de que havia – e ainda há – a necessidade da formação de cidadãos com espírito crítico, capazes de tomar posições e compreender amplamente os dilemas existentes na sociedade, argumentos defendidos por Fernandes, a fim de consolidar o respeito à autonomia dos indivíduos e a livre participação democrática, afrontando assim os donos do poder que defendiam uma educação voltada à conservação da ordem social vigente.

Em 1990 Florestan Fernandes foi reeleito deputado e no ano de 1995 publicou *A Contestação Necessária*, obra que reúne perfis de ativistas e pensadores da esquerda, obra que no ano seguinte (1996) recebeu da Câmara do Livro o prêmio Jabuti na categoria Ensaio. Podemos destacar Fernandes como o pioneiro da pesquisa sociológica no Brasil, pois segundo Barros, Rodrigues & Teixeira (2015, p. 150) foi “ele quem estabeleceu um novo estilo de investigação sociológica, marcando um novo padrão de atuação intelectual e transformando o pensamento social do país”. Fernandes faleceu em 10 de agosto de 1995, deixando uma importante contribuição à sociologia brasileira, com mais de 50 obras publicadas.

CAPÍTULO II
A OBRA DE FLORESTAN FERNANDES:
UM “SISTEMA” PARA PENSAR A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Florestan surgiu com um novo modo de fazer ciência. Esteve sempre preocupado em desenvolver uma metodologia científica capaz de permitir uma compreensão mais acurada da realidade. [...] No Brasil, ninguém mais do que ele demonstrou que a Sociologia é uma ciência e, mais do que isso, uma ciência eminentemente crítica (Roque de Barros Laraia apud FERNANDES, 2006a, p. 16).

Pudemos observar no capítulo anterior que a produção de Florestan Fernandes foi extensa e permeou diferentes ramificações da ciência social. Com isso, percebe-se que ele cumpriu o que se propôs realizar quando assumiu a Cátedra de Sociologia I da USP em 1964, ou seja, em meio às produções *made in France*, Fernandes opôs, com êxito, o *feito no Brasil* e isso observa-se desde o início de sua carreira.

Suas obras possuem grande relevância e, como já destacado, Fernandes foi um grande intelectual de sua época e uma importante personalidade no meio educacional, social e político, atuando principalmente em defesa da escola pública e na análise do Brasil em seu desenvolvimento, fatos que podem ser observados através da leitura e análise de seus escritos, que é o que buscaremos realizar neste capítulo, a fim de perceber o porquê de suas obras poderem ser percebidas como um “sistema” para pensar a realidade social brasileira, ou seja, se nos permitem uma leitura abrangente do desenvolvimento da sociedade.

Para tanto, analisamos as seguintes obras, respectivamente: como principais, *A Organização Social dos Tupinambá, A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá, A Integração do Negro na Sociedade de Classes (Vol. 1 e 2), A Revolução Burguesa no Brasil, Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e *A Contestação Necessária*; e, como secundárias, mas não menos importantes, *A Universidade Brasileira* e *A Sociologia no Brasil*.

Como já mencionado, as obras destacadas neste trabalho foram selecionadas a partir de uma cronologia proposta por Haroldo Ceravolo Sereza em uma análise presente no livro *Florestan: a inteligência militante* (2006), e se deram juntamente com anos que traziam algum ponto de grande importância na vida de nosso autor, sendo respectivamente nas obras principais: a obtenção de seus títulos de Mestre e Doutor, a obtenção de sua Cátedra em Sociologia I, seu exílio no Canadá, seu retorno ao Brasil e sua última obra publicada (póstuma)

que recebeu o Prêmio Jabuti da Câmara do Livro em 1996, na categoria Ensaio. As obras secundárias foram destacadas para termos um panorama acerca da importante atuação de Florestan Fernandes no meio educacional.

As duas primeiras grandes obras do autor podem ser vistas como uma espécie de “reconstituição de um povo”, visto que os Tupinambá já eram há muito tempo considerados extintos. Portanto, *A Organização Social dos Tupinambá* e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, obras de cunho antropológico, desenvolvidas através do método estrutural funcionalista², foram produzidas através de escritos feitos por viajantes que vinham ao Brasil e buscavam relatar suas experiências aos seus no exterior.

Desta forma, em ambas as obras Fernandes fez uso da pesquisa documental, que se dá quando o autor não se direciona ao seu campo de estudo, mas sim faz a análise de um povo através do estudo de documentos que tratem desses, sobre isso se faz de grande importância destacar que sendo relatos de cronistas, por muitas vezes não há concordância entre os escritos, devido ao período e regiões das quais estes viajantes escreveram, daí a importância da análise e seleção de dados nestas obras.

É importante destacar que Fernandes não foi o único a tratar dos povos Tupinambá, antes dele Alfred Métraux, antropólogo sueco, já havia escrito a respeito da religião destes povos e como relata Herbert Baldus no prefácio de *A Organização Social dos Tupinambá* (1989, p. 09) “tratar da organização social [como fizera Fernandes, de forma técnica] era necessário para completar o estudo da cultura da tribo que, mais do que qualquer outra, contribuiu para o desenvolvimento do Brasil-colonial e a formação da cultura neo-brasileira”, aliás, foi pela indicação de Baldus que Fernandes iniciou seus estudos a respeito destes povos.

Ao iniciar seus estudos propriamente ditos, além dos escritos dos cronistas da época, o autor fez leituras de autores quinhentistas e seiscentistas como Hans Staden e Gabriel Soares que já haviam escrito a respeito de povos aborígenes. Estas leituras lhes renderam dados que, conforme destaca Fernandes (1989, p. 16-7), “permitiram descrever a morfologia, a organização social, o sistema de parentesco, categorias de idade e formas tradicionais de dominação dos grupos locais”, é importante destacar que os Tupinambá não eram um único povo aborígene, mas sim um grande grupo formado por grupos distintos, segregados e diferenciados, que, como explica Fernandes (1989, p. 16-7), “comungavam de um grupo étnico básico, tendo em seu sistema sócio-cultural, os mesmos traços fundamentais”, portanto compreende-se como Tupinambá:

² Busca explicar como funciona a sociedade a partir das ações dos indivíduos.

[...] os grupos tribais Tupi que, na época da colonização do Brasil, entraram em contato com os brancos no Rio de Janeiro e na Bahia; e os grupos tribais Tupi, que, depois, povoaram o Maranhão, o Pará e as Ilhas dos Tupinambarana [ou seja, localizavam-se nos pontos onde havia maior e mais frequente contato com o povo branco] (FERNANDES, 1989, p. 16-7).

Com estas duas obras destaca-se o início da carreira de Florestan Fernandes que, diferente do sociólogo de corrente Marxista que veremos adiante, foi um antropólogo de orientação funcionalista que, como destaca Roque de Barros Laraia no prefácio de *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (2006a, p. 14) “desenvolveu um método de investigação que consistiu em uma exaustiva busca e seleção de dados, além de um excelente trabalho interpretativo, possibilitando uma razoável aproximação com a realidade estudada”. Fernandes pautava-se pelo método funcionalista de Émile Durkheim e Marcel Mauss, que consiste no estudo para a compreensão da sociedade em questão através das suas funções, aí entende-se também a forma como dividiram-se ambas as obras, destacando os pontos principais de organização destes povos bem como as funções dispendidas entre seus integrantes.

A Organização Social dos Tupinambá divide-se em 05 (cinco) capítulos, cada qual destacando uma particularidade da organização dessas tribos, sendo:

Quadro 01 – A organização social dos Tupinambá

Capítulos	Síntese dos capítulos
I – A distribuição espacial dos Tupinambá	[...] aqui somente serão apresentadas informações de caráter histórico sobre: <i>a)</i> as áreas territoriais ocupadas pelos Tupinambá, quando do início da colonização européia do Brasil; <i>b)</i> as áreas territoriais que ocuparam posteriormente, através de movimentos migratórios de que existem notícias (FERNANDES, 1963, p. 25).
II – Os grupos locais	[este capítulo dedica-se] ao estudo morfológico dos grupos locais [...] descrito pelos antigos cronistas sob o nome de “aldeia”, constitui uma unidade social de grande importância analítica [...]. Contudo, os cronistas não são uniformes no emprego de um designativo da língua nativa, em suas descrições. Por isso, preferi utilizar-me de um vocábulo já consagrado pelo uso enológico (FERNANDES, 1963, p. 59).
III – O sistema de parentesco	[aqui, destacar-se-ão as] relações de parentesco, [os] vínculos existentes entre os membros das gerações diferentes em contato e [as] obrigações recíprocas assumidas pelos cônjuges em amplas configurações de parentes consanguíneos e afins. [...] adotei nesse capítulo a mesma técnica expositiva empregada no capítulo anterior. Ou seja, o tratamento da maior quantidade possível de itens, sob um mesmo ângulo de visão (FERNANDES, 1963, p. 149-50).
IV – As categorias de idade	[...] [neste capítulo estudam-se os] agrupamentos constituídos por indivíduos que tinham em comum os atributos naturais, especificados culturalmente pelos Tupinambá em termos de sexo e idade. Tais

	agrupamentos distribuíam-se na base do reconhecimento social do desenvolvimento biológico, separando nitidamente os homens das mulheres quanto à atribuição dos direitos e deveres de cada pessoa na vida tribal (FERNANDES, 1963, p. 263).
V – O conselho de chefes	O conselho de chefes funcionava como uma instituição capaz de promover o ajustamento dos indivíduos como membros de certo grupo local ou como membros de uma confederação de grupos locais. [...] constituía [portanto] uma instituição política básica na sociedade Tupinambá (FERNANDES, 1963, p. 309-10).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Nessa obra, Fernandes (1963, p. 355) conclui que “a organização social dos povos Tupinambá se dava de forma cooperativa em função dos vínculos que ligavam a organização ecológica e o sistema de organização da sociedade, bem como a religião, que moldava as atitudes de cada indivíduo”.

A *Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, sua tese de doutoramento, foi elaborada entre 1947 e 1951, seguindo também o método funcionalista de análise, visto que foi para essa obra que Fernandes reservou alguns dados obtidos na pesquisa que resultou na obra destacada anteriormente, a qual divide-se em três partes:

Quadro 02 – A função social da guerra na Sociedade Tupinambá

Partes	Síntese das partes
Livro primeiro – A tecnologia guerreira	[...] são estudadas as técnicas de luta à mão armada empregadas pelos combatentes e as técnicas de organização social das atividades guerreiras que aqueles aborígenes chegaram a conhecer e a manipular. [Procurando] determinar ainda quais eram os efeitos da guerra no plano da competição por territórios e dos recursos naturais correspondentes (FERNANDES, 2006a, p. 18)
Livro segundo – Os mecanismos tribais de controle social e a guerra	[...] são estudadas as relações da guerra com os mecanismos tribais de controle social. Nela procurei pôr em evidência, à medida do possível, que os móveis da conduta guerreira e a “necessidade” da guerra constituíam, naquela sociedade, uma consequência (<i>sic</i>) da forma de integração da estrutura social e do funcionamento da organização social e que, inversamente, a guerra intervinha de várias maneiras na conformação da vida psíquica e social daqueles aborígenes (FERNANDES, 2006a, p. 18).
Livro terceiro – Conclusões	[...] foram condensados os principais resultados da investigação empreendida, seja para o conhecimento da guerra na sociedade tupinambá, seja para o conhecimento da própria sociedade tupinambá, seja ainda para a teoria sociológica da guerra (FERNANDES, 2006a, p. 18).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Com essa obra Fernandes nos mostra que a guerra entre povos indígenas que comumente nos é apresentada está muito aquém da realidade, assim como a nossa sociedade

possui uma complexa organização, nas sociedades tribais, muitas vezes vistas como sociedades simples, não é diferente, como afirmara Mauss (apud Fernandes, 2006a, p. 254): “as sociedades mais simples podem ser ao mesmo tempo as mais complexas”.

Em relação a Florestan enquanto Antropólogo, ambas as obras aqui destacadas podem ser consideradas um dos seus principais objetivos que era demonstrar que o estudioso brasileiro poderia sim desenvolver densas obras, da mesma forma como faziam seus professores e demais estudiosos franceses, aqui retomamos a ênfase ao “brasileiro”. Outro ponto importante a ser ressaltado aqui é a contribuição de nosso autor para o desenvolvimento da Antropologia infantil com o artigo *As Trocinhas do Bom Retiro (1944)* que volta os estudos antropológicos ao folclore e aos grupos infantis, que dificilmente eram observados e vistos como grupos constituídos separadamente dos grupos adultos, por que a destacamos aqui? Porque, como afirma Roger Bastide no prefácio deste artigo “para poder estudar a criança, é preciso tornar-se criança”, e assim como Fernandes desenvolveu dois grandes trabalhos acerca dos povos indígenas, não deixou a desejar a respeito das crianças do Bom Retiro, tampouco ao desenvolvimento da Antropologia Brasileira.

A Integração do Negro na Sociedade de Classes, publicada em dois volumes, foi escrita como tese de para a obtenção da Cadeira de Sociologia I da USP, elaborada através do método histórico-estrutural, que mantinha elementos do método funcionalista³. Acerca disso, Florestan realiza uma profunda reflexão a respeito da sociedade brasileira, principalmente no período de pós-abolição do regime escravista e senhorial do Brasil, quando ele descobre as contradições da sociedade brasileira.

Antônio S. A. Guimarães, responsável pelo prefácio do primeiro volume (2008a, p. 11), destaca que “neste livro, Florestan repõe os negros brasileiros no fluxo dos conflitos que decidem e formam a nação, a sociedade e o Estado no Brasil. Os negros, aqui, são tão centrais para a nação como foram os trabalhadores industriais, na Inglaterra”. No segundo volume destacam-se os resultados obtidos na pesquisa, salientando que mesmo com as transformações histórico-sociais, a ordem das relações não se alterou, perpetuando-se as heranças do regime escravocrata-senhorial.

Quadro 03 – A integração do negro na sociedade de classes (vol. 1 e 2)

	Capítulos	Síntese dos Capítulos
Vol. 1	Capítulo I - O negro na emergência da sociedade de classes	Este capítulo trata do fim do regime escravocrata-senhorial, onde o liberto se viu convertido a senhor de si mesmo, e os senhores passaram

³ Métodos que atem-se ao contexto histórico e explicam a sociedade através das ações dos indivíduos.

		a preocupar-se apenas com seus próprios interesses (FERNANDES, 2008a, p. 25).
	Capítulo II – Pauperização e anomia social	Aqui tem-se a análise da cidade de São Paulo, esta que consolidou a ordem social competitiva com rapidez e transformou, com a mesma rapidez a população negra em uma minoria a margem ou excluídos da sociedade (FERNANDES, 2008a, p. 105-6).
	Capítulo III – Heteronomia racial na sociedade de classes	Aqui temos os resultados das análises histórico-sociológicas realizadas nos dois capítulos anteriores, atreladas a análise das relações raciais, como se apresentam em nossos dias (FERNANDES, 2008a, p. 266).
Vol. 2	Capítulo I – Os movimentos sociais no “meio negro”	Neste capítulo, procuraremos enumerar os principais fatores, condições ou efeitos correlacionados à manifestação desses movimentos. E tentaremos, em seguida, focalizar a contribuição que eles trouxeram à percepção e à condenação, sem subterfúgios, da realidade racial existente em São Paulo e no Brasil (FERNANDES, 2008b, p. 11).
	Capítulo II – Impulsões igualitárias de integração social	Aqui destacam-se três pontos principais: 1) como as novas tendências se refletiram na composição racial e na estratificação socioeconômica da população paulistana. 2) como se dá e quais são os efeitos da mobilidade social vertical no “meio negro”. 3) análise de qual a melhor a natureza e a função sociais das impulsões igualitárias, que animam os ajustamentos do negro e do mulato às condições de vida ora imperantes (FERNANDES, 2008b, p. 115).
	Capítulo III – O problema do negro na sociedade de classes	Examina-se o tema através de duas distintas perspectivas: 1) seria necessário tentar discernir se as tensões raciais repercutem de alguma maneira no padrão de integração da ordem social competitiva. 2) conviria estabelecer os contornos reais do que se configura, na atualidade e tendo em vista a situação de contato focalizada, como o dilema racial brasileiro (FERNANDES, 2008b, p. 333-4).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A respeito do tema principal dessa obra, é importante destacar que já tínhamos nesse período os mitos raciais brasileiros, que consistiam na ideia de que a miscigenação seria algo ruim para o país, no primeiro volume dessa obra Fernandes (2008a, p. 12) destaca o mito da democracia racial, que “consistia em tomar as desigualdades raciais como desigualdades de classe”, o que poderia vir a significar que aqui a sociedade burguesa reconhecia o povo negro, e também, assim, encobria o seu racismo, é contra esta burguesia que Fernandes dirige as críticas expressas nessa obra.

Aqui já podemos considerar as contribuições de Fernandes aos estudos voltados à política brasileira, conseguimos observar o desenrolar do sistema capitalista juntamente ao desenvolvimento da sociedade brasileira, bem como as heranças que herdamos e transfiguramos ao longo do tempo relacionadas as questões raciais aqui existentes. A importância desta obra, dividida em dois volumes, se dá quando percebemos que os pontos

destacados por Fernandes aqui, ainda pode ser relatado nos dias de hoje, um exemplo? A dificuldade de adaptabilidade e inserção do negro aos moldes de nossa sociedade, que na época da produção desta obra transfigurava-se na sociedade de trabalho livre e assalariado.

Nascido também em um período de crise, incertezas e transição social e política, o livro *A Revolução Burguesa no Brasil*, ensaio⁴ de análise sociológica de Fernandes, nos permite profundas reflexões históricas e sociológicas sobre o rumo do país no período e do que herdamos pós-período em questão. Escrito em duas etapas, sendo a primeira após o Golpe de 1964, que sabia não ser algo passageiro, nessa etapa, Fernandes (2006b, p. 16) faz “uma reflexão acerca dos arcaísmos que limitavam o futuro do país, limitando sua modernização”; a segunda etapa foi a retomada durante seu exílio, da obra então “abandonada” devido à sua cassação e afastamento da Universidade pelo AI-5, na qual o autor (2006b, p. 16) traz “de certo modo o País do futuro que já não tinha mais futuro”. Cabe destacar que, com este ensaio, Fernandes buscou resumir os principais pontos da evolução do capitalismo e da sociedade de classes brasileira.

[...] O livro se situa na corrente das ciências sociais que no Brasil procura desvendar o padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira [...]. Desde os anos 1950 os sociólogos se preocupavam em descobrir os mecanismos do atraso, as causas da persistência dos fatores de organização da sociedade brasileira que tolham o nosso desenvolvimento e nos amarravam aos limites herdados do que Florestan chama de antigo regime (MARTINS *apud* FERNANDES, 2006b, p. 16-7).

Quadro 04 – A revolução burguesa no Brasil

	Capítulos	Síntese dos Capítulos
Parte 1	Capítulo 1 – Questões preliminares de importância interpretativa	[Neste capítulo estabelecem-se] questões de alcance heurístico. Primeiro, como a noção de “burguês” e a de “burguesia” tem sido explicadas e como devem ser entendidas [...] no estudo da sociedade brasileira. Segundo, a própria questão da “Revolução Burguesa” como realidade histórica em nosso país. Terceiro, como essa noção pode ser calibrada a partir de situações históricas vividas ou em processo no seio da sociedade brasileira (FERNANDES, 2006b, p. 32).
	Capítulo 2 – As implicações socioeconômicas da independência	Aqui tem-se a Independência como a primeira grande revolução social e como marco do fim da “era colonial” e início da “época da sociedade nacional”, bem como a instauração da autonomia política da sociedade nacional (FERNANDES, 2006b, p. 49).
	Capítulo 3 – O desencadeamento histórico da Revolução Burguesa	A situação econômica de mercado que se desenvolvia, possuía como base três elementos cruciais que serviram de base para o desenrolar da revolução: 1) preponderância da exportação; 2) importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola; 3) dependência em face do exterior para formar e aplicar o excedente econômico (FERNANDES, 2006b, p. 110).

⁴ Texto que traz em seu decorrer reflexões críticas sobre o tema.

Parte 2	Capítulo 4 – Esboço de um estudo sobre a formação e o desenvolvimento da ordem social competitiva	Aqui trabalham-se com os aspectos do desenvolvimento estrutural da ordem social competitiva que culminou na Revolução Burguesa no Brasil (FERNANDES, 2006b, p. 179).
Parte 3	Capítulo 5 – A concretização da Revolução Burguesa	Neste capítulo trabalha-se o que vem a ser Revolução Burguesa e como essa Revolução trouxe consigo o início da modernidade no Brasil (FERNANDES, 2006b, p. 239).
	Capítulo 6 – Natureza e etapas do desenvolvimento capitalista	Este capítulo trata dos vários padrões de desenvolvimento capitalista, destacando o que este desenvolvimento significou para o Brasil em cada uma das fases que marcaram sua evolução interna (FERNANDES, 2006b, p. 261).
	Capítulo 7 – O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista	Neste capítulo destacam-se os requisitos que entram em interação com os vários elementos econômicos e extra-econômicos que delimitam: 1) como se concretizará a transformação capitalista; 2) qual o padrão concreto de dominação burguesa; e 3) quais são as probabilidades que tem a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais da transformação capitalista e, vice-versa (FERNANDES, 2006b, p. 338).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

José de Souza Martins, responsável pelo prefácio da quinta edição desta obra (2006b, p. 21), destaca que Fernandes fez uso de diversas influências sociológicas que detinham diferentes pensamentos, “na primeira parte é notória a presença Max Weber e suas categorias interpretativas, Émile Durkheim também ganha sentido numa interpretação dialética do processo histórico. Na terceira parte, Lênin parece puxar a interpretação, contrapondo os alertas históricos de cunho weberiano”, e podemos acrescentar que é deste último que surge a interpretação de que não há um modelo só de Revolução Burguesa.

Não se pode dizer que haja uma concordância total a respeito da Revolução Burguesa no Brasil, alguns setores tendem a negá-la com a argumentação de que aceitá-la é “pensar a história brasileira a partir de repetições da história dos povos europeus”, contudo o autor (2006b, p. 37) defende o oposto, pensar na Revolução da burguesia é compreender “como se deu o processo de absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização econômica, social e cultural. Pensar a Revolução é também procurar quais são/foram os agentes humanos responsáveis pelas grandes transformações histórico-sociais por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação da sociedade de classes brasileira”.

A obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* publicada em 1981, três anos depois de retornar de seu exílio no Canadá, possui base no pensamento de Marx e Weber que, segundo Ricardo Antunes (2009, p. 12), responsável pelo prefácio, a obra consegue “apresentar uma densa e sólida explicação para o processo de modernização e

constituição do capitalismo no Brasil, suas peculiaridades, seu caráter *retardatário*”, destacando também sua característica de dependência e subdesenvolvimento perante os países desenvolvidos que, segundo o autor, é um traço marcante de sociedades de origem senhorial e colonial.

Quadro 05 – Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina

Capítulos	Síntese dos capítulos
Capítulo I – Padrões de dominação externa na América Latina	As discussões deste capítulo permeiam dois grandes problemas nos quais a América Latina defronta-se: 1) a nova forma de imperialismo e sua difusão sob a hegemonia dos Estados Unidos; 2) como enfrentar o imperialismo, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes mesmo nos países mais avançados da região (FERNANDES, 2009, p. 22)
Capítulo II – Classes sociais na América Latina	Este capítulo concentra três temas principais: 1) existem classes sociais na América Latina?; 2) Capitalismo dependente e classes sociais; e 3) Classe, poder e revolução social. Esses três temas permitem situar as questões que preocupam os sociólogos latino-americanos nos quadros de uma nova problemática, que tem uma origem concreta, possui importância teórica e contém um significado político (FERNANDES, 2009, p. 44).
Capítulo III – Sociologia, modernização autônoma e revolução social	Este capítulo permeia discussões a respeito dos requisitos da explicação sociológica quando esta se identifica com rupturas e transições que transcendem e negam a ordem existente; as relações da Sociologia com a modernização controlada e orientada por forças internas autônomas e revolucionárias; e, em que sentido a Sociologia constitui uma matriz intelectual de conhecimentos potencialmente revolucionários (FERNANDES, 2009, p. 124).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Os três capítulos acima apresentados dizem respeito a três ensaios produzidos entre 1969 e 1971, que foram compilados para a elaboração desse livro, por isso não buscam o esgotamento do assunto, mas sim simplificar discussões a respeito deste ligando-se com a obra destacada anteriormente. Ricardo Antunes, no prefácio (2009, p. 15), afirma que nossas burguesias são *artífices do capitalismo dependente* e destaca uma afirmação de Florestan, na qual diz:

Se esta análise é correta, o superprivilegiamento de classe vem a ser o calcanhar de aquiles da ‘revolução burguesa’ sob o capitalismo dependente. [...]: Essa reflexão se aplica à presente situação da América Latina, na qual a sociedade de classes está, na realidade, repetindo o ciclo explosivo, que leva às revoluções inevitáveis, de origens estruturais (FERNANDES, 2009, p. 16).

A partir do desenvolvimento de ambas as obras destacadas anteriormente, temos nítida a contribuição de Fernandes à área da Ciência Política, partindo do fato de que com estas o

autor realiza uma análise interpretativa do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil e de seu caráter de dependência, sendo contribuições necessárias para o conhecimento a respeito da organização da nossa sociedade. Podendo a segunda obra ser vista como um complemento da primeira, conseguimos ter uma panorama acerca da dominação das classes e o caráter burguês de desenvolvimento da sociedade brasileira a fim de que se mantenha a dominação burguesa e o controle das massas.

A obra *A Contestação Necessária*, publicada originalmente em 1995, reúne 15 grandes nomes para pensar a luta de classes, divididos em três grupos que orientam as três partes do livro. Sendo considerada uma obra póstuma, concluída, como afirma Roberto Leher ao prefácio da segunda edição (2015, p. 12), “21 dias antes do seu transplante de fígado, *A Contestação...* nos permite refletir e analisar os desafios das lutas de classes em um contexto de feroz ofensiva do capital”, resgatando a caminhada de intelectuais que contestavam a ordem social vigente, sem fazer uma biografia, mas sim destacando (2015, p. 16) “a *práxis* revolucionária, a possibilidade de modificar a correlação de forças nas lutas de classes”.

Quadro 06 – A contestação necessária

Partes	Síntese das partes
Parte I – O intelectual e a radicalização das ideias	Esta primeira parte contempla algumas dimensões humanas de intelectuais que escapam à corrente e remam contra ela, conforme o alcance de seu temperamento, de sua vocação política e de seu inconformismo. Aqui destacam-se: Lula, José Martí, José Carlos Mariatégui, Caio Prado Júnior, Roger Bastide, Antonio Candido, Octavio Ianni e Richard Morse (FERNANDES, 2015, p. 39).
Parte II – Prática política radical	Nesta segunda parte arrolei alguns representantes da radicalidade política [...] aqui também cingi-me a escritos que resultaram de minha atividade como publicista. Resolvi, assim, as dificuldades de um roteiro sistemático. São muitas as personalidades representativas, a exigir atenção. [...] Cuidei de um painel que apanha expressões características de nossa radicalidade. Aqui apresentam-se: Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Carlos Marighella, Hermínio Sacchetta, Cláudio Abramo e Henfil (FERNANDES, 2015, p. 129-30).
Parte III – Reforma educacional: a contribuição de Fernando de Azevedo	Em uma sondagem como a que foi realizada, seria estranho não considerar o “radicalismo burguês”. A partir desta afirmação, destaca-se nesta terceira parte: Fernando de Azevedo (FERNANDES, 2015, p. 173).

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Essa obra possui por objetivo principal trazer, através dos intelectuais destacados, reflexões a respeito dos movimentos que se originavam no período e da onda conservadora de controle externo e interno que abarcava o País, Fernandes destaca que:

Apesar de suas insuficiências, em vista dos materiais utilizados e da falta de um fio condutor na reelaboração interpretativa adotada, representa um ponto de partida para outras reflexões de maior envergadura. O que importa, no momento, é que restabelece o valor de uma herança intelectual e política que parecia condenada ao esquecimento ou à supressão pela violência. (FERNANDES, 2015, p. 33).

Essa obra se apresenta aqui mais como o marco final da trajetória de Florestan Fernandes, contudo cabe ressaltar que com essa publicação, Florestan nos apresenta o advento dos pensadores sociais e retrata nomes de autores inconformistas e revolucionários, que, ao contestar a injusta ordem social preexistente, visavam sobrepujá-la.

As obras acima destacadas nos apresentam um panorama do Brasil ao longo dos anos, permeando tanto seu período de colonização europeia quanto seu desenvolvimento enquanto sociedade de classes e, posteriormente, os movimentos que surgiam mediante a onda conservadora destacada na última obra.

Pensar Florestan Fernandes como um intérprete do nosso país nos levou à análise de algumas de suas obras, é claro que Fernandes não se resume ao que aqui se expõe, mas estas obras se fazem presentes em importantes momentos de sua vida. Enquanto intelectual atuou em diversas vertentes, esse fato pode ser observado na linha histórica das obras aqui trabalhadas que, mesmo quando parte de objetos de investigação localizados, ultrapassa-os e permite a percepção deste no seio da sociedade brasileira.

Desta forma, tem-se visível a importância de Florestan Fernandes na interpretação do Brasil, tendo em vista a relevância e a evolução de seu pensamento. A partir disso e com atenção às obras destacadas, podemos afirmar que os escritos do autor vinculam-se aqueles que interpretam criticamente o país, sendo assim, no capítulo seguinte será desenvolvida uma análise e reflexão das obras aqui destacadas, bem como da sua atuação no meio educacional, voltadas para a interpretação do Brasil hoje.

CAPÍTULO III

O LEGADO DA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES PARA INTERPRETAR O BRASIL DE HOJE

Nas Ciências Sociais, bons livros são aqueles que mantêm sua atualidade ao longo dos anos. E melhores ainda são aqueles que se atualizam com o tempo (FERNANDES, 2006b, p. 09).

Se fizermos um paralelo entre os capítulos anteriores, poderemos observar uma espécie de linha histórica por entre as obras de Florestan Fernandes, ou seja, do Brasil das populações indígenas, permeando o processo de colonização portuguesa, aos processos históricos que trouxeram o fim da Era Colonial e o capitalismo ao Brasil, chegamos no advento dos pensadores sociais. A partir destes, conseguimos realizar o que propomos ainda no início deste trabalho: uma interpretação do Brasil ao longo de seu desenvolvimento.

A Independência do Brasil pode ser considerada a primeira grande revolução social brasileira, pois marcou o fim da Era Colonial com a extinção do estatuto colonial e o início da “sociedade nacional” que, segundo Fernandes (2006b, p. 49-50), representou uma transição de cunho político pacifista, inteligente e segura, e trouxe consigo uma nova autonomia política em que “o poder deixara de se manifestar como imposição de fora para dentro, para organizar-se a partir de dentro”, isso porque, durante a vigência do estatuto colonial “não só o controle do poder se operava de fora para dentro, mas também a atuação social das elites “nativas” subordinavam-se às conveniências da Coroa e dos que a representassem”.

A extinção deste estatuto pode ser vista como uma “necessidade histórica”, desta forma “as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial, mas sim contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social”.

[o fim da era colonial] teve importância indireta para o desenvolvimento econômico [...] [pelo] maior envolvimento das elites de origem rural na construção de uma política econômica nacional. [...] [já o início da era da Sociedade Nacional] afetou diretamente o desenvolvimento econômico, pois [...] surgiram as primeiras consequências dinâmicas da Independência e da integração nacional (FERNANDES, 2006b, p. 51-2).

Com a independência iniciou-se a constituição da sociedade civil, nesse meio as elites que dirigiam os estamentos senhoriais absorveram as funções antes desempenhadas sobre a “tutela colonial” adquirindo seu prestígio social, o que culminou em mudanças de estrutura. O

“senhor” se transforma em “senhor-cidadão”, o que nos pressupõe uma nova dimensão de poder que sai do mando em domínio senhorial e alcança o nível do poder político, dando a ele também um entendimento maior a respeito dos privilégios sociais comuns.

A sociedade civil – ou o que se considerava enquanto tal – nesse período estava comprometida com a defesa do *status quo ante*, principalmente o que dizia respeito a defesa da propriedade e da escravidão e também à apropriação dos meios de organização do poder, sem dar olhos e ouvidos ao que dizia respeito às questões de integração da sociedade nacional. Fernandes (2006b, p. 65-73) destaca que os efeitos destas questões, iriam refletir diretamente na organização da sociedade, visto que a estrutura do patrimonialismo se manteria a mesma, mantendo-se sobre a escravidão e a dominação tradicional, pois desde o desenvolvimento socioeconômico do período colonial o país possuía uma unidade interna e fortes tendências a preservá-la.

O que importa considerar, nesse complexo processo histórico-social, são as implicações socioculturais da polarização assumida historicamente pelo elemento político. Este tinha, como base, o prestígio social dos agentes, o qual se assentava no domínio senhorial e nas técnicas de dominação patrimonialista (FERNANDES, 2006b, p. 79).

Quando se pensa na figura do “burguês” brasileiro, o autor nos retrata que para alguns essa figura surgiu com a expansão da lavoura exportadora, principalmente na figura do Senhor de Engenho, já outros defendem que “burguês” e “burguesia” nunca existiram no Brasil, ambas as opções são vistas como impróprias para Florestan, na visão dele (2006b, p. 32-4) “não se pode associar, legitimamente, o Senhor de Engenho à figura do “burguês”, se fosse possível, a burguesia emergiria com a colonização, e o que temos em relação a esta é a associação de povos distintos através de padrões comuns da civilização”. No Brasil “o burguês surge como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante”, ou seja, no Brasil o “burguês” é aquele que detém o poder sobre os meios de produção.

Fernandes (2006b, p. 36) destaca que existem dois tipos clássicos de burguês: “aquele que combina poupança e avidez de lucro à propensão de converter a acumulação de riqueza em fonte de independência e de poder; e aquele que encarna a "capacidade de inovação", o "gênio empresarial" e o "talento organizador", requeridos pelos grandes empreendimentos econômicos modernos”. Ambos os tipos permeiam o espaço-tempo com objetivos distintos acerca do processo histórico-social, contudo “se associam crescentemente ao estilo de vida imperante nas cidades e às formas de socialização dele decorrentes”.

O Brasil deixou de ser uma Colônia por fim, mas continuou em uma situação de submissão econômica, visto que as elites conseguiram se concentrar no poder econômico, do Estado e da vida social, tendo uma posição mais vantajosa seja na participação da renda gerada pelas exportações ou no gerir as aplicações destas. Ao atingir e garantir esse monopólio, as elites conseguiram o fortalecimento das estruturas socioeconômicas em que se assentavam, com isso as iniciativas privadas se tornavam cada vez mais favorecidas e o Estado passou a movimentar-se a fim de, como destaca Fernandes (2006b, p. 93), manter a “continuidade da mão de obra escrava, estabelecer meios de comunicação e transporte, criar serviços públicos, fixar colônias e tudo o mais que fosse necessário para gestar as estruturas econômicas que necessitava uma sociedade nacional”.

[...] a implantação do capitalismo em novas bases econômicas e psicossociais constituiu um episódio de transplantação cultural. Ele não "nasceu" nem "cresceu" a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente [...]. Mas vincula-se a um desenvolvimento concomitante de tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha seus suportes materiais ou políticos na economia colonial, sem lançar nela as suas raízes (FERNANDES, 2006b, p. 103).

A partir desses pontos, sugere-se que existam dois caminhos de desenvolvimento capitalista brasileiro, aquele que se originou com a própria colonização brasileira e mantém ligação com o capitalismo comercial; e o outro que se origina da autonomização política, tendo seu modelo no da civilização moderna ocidental. Fernandes (2006b, p. 106) destaca que “as camadas senhoriais não conseguiram equiparar ambos os caminhos, e o que faziam era apenas manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídico-políticos da vida econômica interna de fora para dentro”, isto culminou em transformar os então senhores rurais em uma aristocracia agrária, o que culminou na modelação do mercado para exportação. O autor destaca que todas essas mudanças ocorridas no país mudaram a relação da economia brasileira com o sistema econômico externo, o que manteria o Brasil em uma situação de dependência perante as demais economias.

[...] o problema que se colocava tanto para o produtor brasileiro quanto para o importador estrangeiro, girava em torno de como seria feita essa importação/exportação e quem ficaria com as maiores e melhores vantagens, os importadores estrangeiros aproveitaram-se, por sua vez, da estrutura da situação de mercado interna e das disposições econômicas da aristocracia agrária (FERNANDES, 2006b, p. 115-6).

Esse “problema” terminou por se tornar o principal aspecto, de acordo com Florestan Fernandes (2006b, p. 116-8), da modernização da economia brasileira, “montar e expandir uma

economia capitalista dependente, sob um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por “elites nativas”. A partir disso, o processo de modernização passou a concentrar-se nas operações mercantis, ou seja, importação e exportação, pois era nesta área que anteriormente desenrolavam as atividades e operações econômicas, controladas e realizadas inteiramente de fora, agora se fazia necessário introduzir nela os processos necessários pela nova situação, a fim de fortalecer os vínculos diante da dependência do exterior.

Os diferentes aspectos, fases e consequências desse processo de modernização econômica, que atingira o seu apogeu com o ciclo do café [...] merece especial destaque o padrão predominante de transferência cultural das unidades econômicas importadas. [...] as atividades econômicas decorrentes dos "negócios de exportação" e do "alto comércio" importador podiam ser controladas a distância, através de mecanismos impessoais ou indiretos e com a colaboração de reduzido número de "agentes de confiança" [...] (FERNANDES, 2006b, p. 121).

Em toda revolução há aqueles personagens que se tornam os protagonistas históricos. Na Revolução Burguesa não foi diferente: foi o fazendeiro de café seguido pelo “coronel”, que representou o senhor rural

obrigado a aceitar e a identificar-se com a dimensão burguesa de sua situação de interesse e do seu status social, ele é incentivado a trabalhar com sua riqueza não apenas dentro da lavoura, mas também fora, depois renuncia seu status senhorial e adapta-se às funções do grande proprietário (FERNANDES, 2006b, p. 127-30).

Nesse contexto, até mesmo o senhor rural foi vítima da situação que se impôs, este que antes poderia repudiar o “elemento burguês”, se viu obrigado a renegar o seu status senhorial para salvar-se através do “elemento burguês”.

[...] o Brasil só conseguiu condições para realizar essa transformação, como uma evolução estrutural do meio social interno [...] [que culminou no aburguesamento do senhor agrário], a partir do momento em que a estrutura da situação de mercado passou a exigir que o senhor agrário [...] agisse livremente como agente econômico capitalista. [...] Nesse processo, pelo qual o fazendeiro de café experimenta transformações de personalidade, de mentalidade [...] ele se converte em "coronel" e em "homem de negócios". Como e enquanto "coronel", ele já era o antípoda do senhor agrário (FERNANDES, 2006b, p. 139).

Entre esse processo, Fernandes (2006b, p. 142-54) nos apresenta dois momentos culminantes: aquele em que a desagregação da ordem senhorial ameaçava tornar a extinção da escravidão em uma revolução social; e aquele em que havia uma política econômica voltada ao enfrentamento dos riscos da superprodução. Com a junção destes dois momentos, percebe-se

que o fazendeiro - “homem de negócios” imbuíu à Revolução Burguesa os seus interesses, fundando sua independência econômica em sua liberdade política.

A partir disso entende-se que, apesar do desfecho, a ordem social preexistente não se abriu facilmente ao capitalismo, enquanto nas demais sociedades dependentes o capitalismo se introduz antes da ordem social competitiva, no Brasil foram as estruturas que, não só moldaram como determinaram as proporções dos dinamismos econômicos da sociedade nacional que se formava. Com o desenvolvimento da então sociedade nacional, viu-se necessário a ocupação das terras existente até o momento “não trabalhadas”, com isso iniciou-se uma espécie de propaganda no exterior europeu, a fim de trazer imigrantes para colonizar o país, ocupando essas terras.

É importante ressaltar que nesse momento já se havia “abolido” a escravidão no Brasil, contudo, ao contrário do que ocorreu com a propaganda para os imigrantes – que quando aqui chegaram teriam terras à seu dispor, os negros libertos não foram realocados, nem tiveram terras ao seu dispor, simplesmente deixaram de ser escravos e os que não continuaram nas fazendas trabalhando com seus até então senhores, ou permaneceram nos Quilombos, passaram a formar o que hoje conhecemos como guetos e favelas.

Outro ponto importante da vinda dos imigrantes europeus era a ideia de que as elites nativas tinham de realizar o “branqueamento” da sociedade que agora convivia com a população negra liberta, através da relação entre negros e imigrantes, o que não ocorreu.

[...] o imigrante preferiu identificar-se com as ideologias das elites nativas no poder e procurou absorver, com relativa rapidez assim que se interessou pela participação nas estruturas de poder da sociedade brasileira, as técnicas sociais de dominação política empregadas por aquelas mesmas elites. [...] Em suma, projetado fora dos contextos histórico-sociais das economias das metrópoles do mundo moderno, o imigrante perfiha uma filosofia política que não pressupõe o "capitalismo avançado" e que constitui, opostamente, um fator de resistência ou de solapamento às mudanças que possam conduzir ao capitalismo como estilo de vida (FERNANDES, 2006b, p. 175).

Os pontos destacados anteriormente têm seus reflexos ainda nos dias de hoje, tendo em vista que mais da metade dos brasileiros consideram-se negros e a existência, conforme destaca Alexsandro Conceição⁵, de “um forte preconceito velado com a cultura negra, o cabelo, a religião e a cor da pele” e segue destacando que “aos negros, no Brasil, ficou o legado da pobreza e o lugar cativo nos estratos sociais inferiores. As penas mais pesadas no Judiciário, o maior assédio policial, a absoluta falta de oportunidades de ascensão social”.

⁵ CONCEIÇÃO, Alexsandro Gomes da. **O racismo no Brasil, o Movimento Negro e a Lei 10.639/03**. Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 31, ago. 2019. Disponível em: africaeaficanidades.net/documentos/0030082019.pdf Acesso em: 17 fev. 2021.

As desigualdades sociais que nasceram com o fim da Era colonial e abolição da escravidão mantemos como herança, seus resquícios se apresentam na nossa sociedade hoje na forma das desigualdades sociais que, ainda afetam a plena inserção dos negros na sociedade brasileira, observamos esse fato ao atentarmos aos cargos dentro das empresas ou até mesmo públicos, aos estudantes – seja do ensino básico ou superior – em sala de aula, tudo é reflexo do fim de um período sem as políticas necessárias e da ideia equivocada da superioridade de um povo sobre outro.

Em luta por direitos e respeito surge o Movimento Negro Unificado, apontado por especialistas – como destaca Conceição -, “como o movimento mais antigo do Brasil, as conquistas tardaram, mas tiveram êxito”. Ações afirmativas e políticas públicas voltadas aos negros passaram a surgir a partir de 1995, a conhecida “Lei de Cotas” e a Lei 10.639/2003 que visa o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar fundamental e médio a nível público e particular, criações de órgãos internos dentro de sindicatos que voltam-se à discussão de pautas raciais e a criação da Fundação Palmares se apresentam apenas como alguns exemplos.

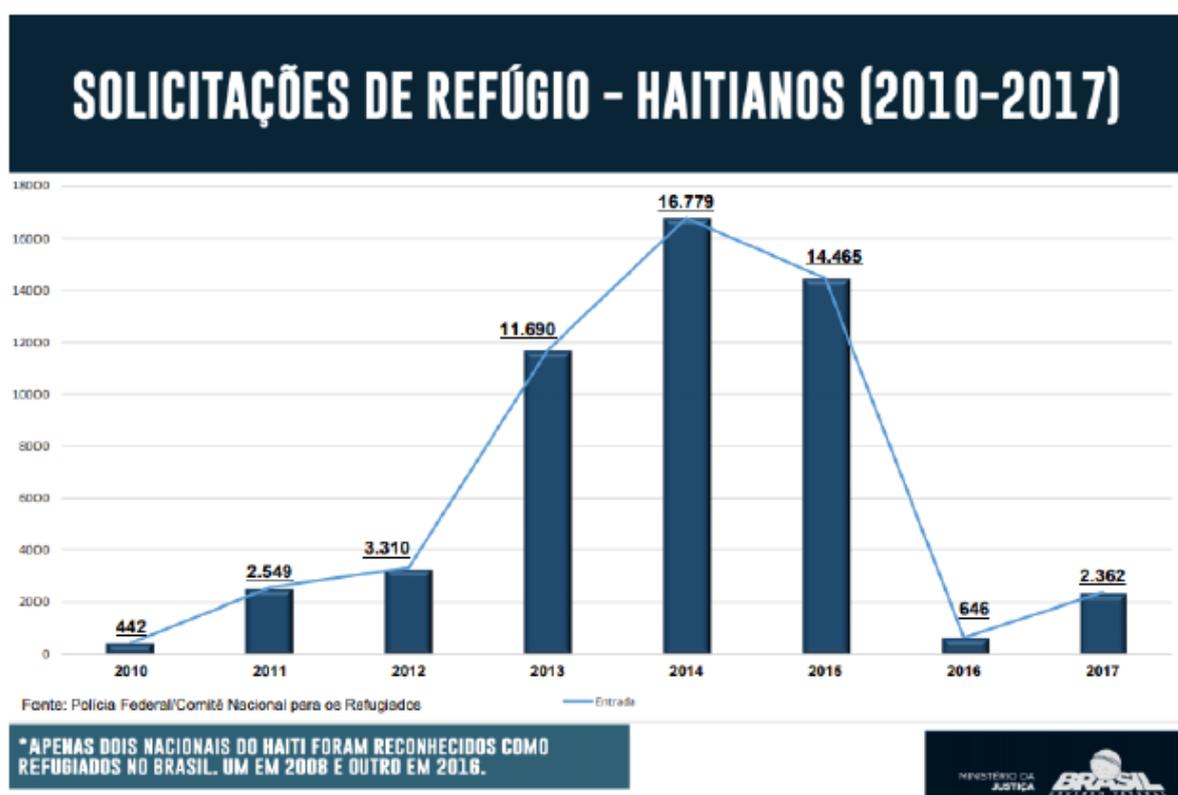
A partir dos pontos destacados podemos afirmar que, nos últimos anos, o racismo no Brasil passou a ser mais debatido, com isso surgiu o termo “mimimi” utilizado comumente como uma forma de minimizar, ou até mesmo tratar como, segundo destaca Marcus Lima⁶ “um exagero das minorias ou uma retórica distorcida dos grupos que as defendem, concebendo o racismo como “mimimi” dos negros”. O fato de minimizar um problema sério que já se mantém a muito no seio de nossa sociedade denota um problema ainda maior presente nos indivíduos que formam essa sociedade, que diz respeito a interiorização e a normalização de uma ação não-saudável/tóxica à toda a sociedade.

Dessa forma observamos que Conceição e Lima se complementam e ambos trazem para a atualidade as análises realizadas por Fernandes em seus escritos acerca do desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente quando trata da população negra. Cabe destacar que o racismo não é o único ponto da atualidade que nos permite fazer paralelos com os escritos de Fernandes, contudo damos destaque à este por ser, como já destacado anteriormente, o assunto que ganhou destaque nos últimos tempos e pela necessidade que temos de trazê-lo cada vez mais para os debates dentro e fora das academias.

⁶ LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **O que há de novo no “novo” racismo do Brasil?** Revista Ensaios e pesquisa em educação e cultura. vol. 4, n. 7. 2019. Disponível em: costalima.ufrjr.br/index.php/REPECULT/article/view/317/663 Acesso em: 17 fev. 2021.

O racismo no Brasil está estruturalmente espalhado na sociedade. As consequências desse fenômeno são conhecidas, mas tornam-se mais graves quando acompanhadas de uma outra ocorrência: a imigração. Um dos exemplos mais atuais sobre isso é a chegada de uma grande leva de imigrantes negros aqui no Brasil. Esse tipo de imigração estrangeira não ocorre pela primeira vez no Brasil, contudo, em relação aos haitianos, a partir do ano de 2011 os pedidos tornaram-se maiores. Dados da Polícia Federal destacados pelo portal G1⁷, apontam que em 10 anos houve um aumento de 160% no número de imigrantes em todo o país, sendo que o fluxo maior ocorreu no ano de 2014. Dados do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, de 2018, nos apresentam esse crescimento, tendo como base as solicitações de refúgio por parte de cidadãos haitianos, como podemos observar:

Gráfico 01 – Solicitações de refúgio – Haitianos (2010-2017).



Fonte: CONARE – Comitê Nacional para Refugiados. Refúgio em números – 3ª Edição (2018). IN: RIBEIRO, 2018, p. 44⁸.

⁷ Disponível em: g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html. Acesso em: 29 dez. 2020. - Não foram encontrados dados atualizados.

⁸ Para maiores informações, ver os estudos:

RIBEIRO, Vivian Stefany. **A interação haitiana em Concórdia/SC**. 2018. 97f. TCC (Graduação) – Ciências Sociais, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/2666>. Acesso em: 07 jan. 2020.

Vale destacar que ao longo da última década não foram apenas imigrantes haitianos que chegaram no Brasil. Por razões semelhantes à vinda dos haitianos também desembarcaram por aqui muitos senegaleses e ganeses, entre outras populações. No entanto, para não fugirmos do foco dessa pesquisa, apenas destacamos o caso haitiano como ilustração de temáticas (racismo e imigração) presentes na história do Brasil, e que continuam atuais.⁹

Não se faz necessário o acesso à pesquisas aprofundadas para encontrarmos noticiários que trazem as violências presentes em nossa sociedade que, de acordo com os próprios meios de comunicação, vem aumentando quando em relação à população negra¹⁰. *O motoboy é hostilizado em um condomínio ao tentar realizar uma entrega, o jovem agredido em um shopping ao tentar realizar a troca de uma compra e o jovem morto no dia de seu aniversário por estar de moto e supostamente armado¹¹ são apenas exemplos das violências raciais no Brasil.*

É importante destacar que as oportunidades, sejam de emprego ou de estudo também não são as mesmas para negros e brancos, e quando há a tentativa de modificar essa lógica surgem críticas severas a respeito, um exemplo foram as críticas recebidas por Luiza Trajano, presidente do conselho do Magazine Luiza, ao lançarem um trainee exclusivo para negros¹².

Partindo do projeto elaborado pelo Magazine Luiza, adentramos na premissa de universalização do ensino superior e do fato de que, mesmo com as políticas públicas, em especial as que surgiram pós-Constituição Federal de 1988 e a consolidação do Estado democrático de Direito, essa demanda ainda apresenta significativos *déficits*.

É um acontecimento com semelhanças e diferenças em relação ao processo de “abolição” da escravatura e as lacunas ainda existentes, ou seja, conforme nos lembra Fernandes (2008a, p. 60), no contexto da abolição (final do século XIX) houve a chegada de imigrantes europeus e o negro que sozinho havia se colocado no mercado de trabalho como trabalhador

VELHO, Bruna Marcos. **Percepções de um contrato racial na trajetória educacional dos negros no Brasil**: estudo a partir da representatividade dos negros no município de concórdia, sc. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/3840>. Acesso em: 07 jan. 2020.

⁹ Para maiores informações sobre a imigração haitiana, senegalesa e ganesa no Brasil, ver o artigo: A INCLUSÃO SOCIAL DOS IMIGRANTES HAITIANOS, SENEGALESES E GANESES NO BRASIL, de Cristiane Feldmann Dutra e Suely Marisco Gayer. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/view/13067/2282>

¹⁰ Disponível em: brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao. Acesso em: 29 dez. 2020.

¹¹ Disponível em: veja.abril.com.br/brasil/pesquisa-exclusiva-61-dos-brasileiros-acham-que-o-pais-e-racista/. Acesso em: 29 dez. 2020.

¹² Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/não-vamos-desistir-diz-luiza-trajano-apos-ataques-a-trainee-para-negros-na-magalu.shtml. Acesso em: 29 dez. 2020.

livre, viu-se aos poucos excluído deste pelos imigrantes. Desta forma aos negros, foram tolhidas as “possibilidades de colher os frutos da universalização do trabalho livre em condições de forte competição imediata com outros agentes humanos”.

A ideia de “raça superior” trazida por teóricos evolucionistas e o mito da democracia racial trazido ao longo do desenvolvimento do Brasil enraizou-se na cultura brasileira, sendo os principais pontos utilizados para justificar as diferentes desigualdades ainda existentes. Com isso Fernandes (2008b, p. 12) destaca que surgem os movimentos sociais liderados pela “população de cor” - termo utilizado desta forma por Fernandes para referir-se à população negra -, em busca de “oportunidades e garantias sociais legalmente consagradas pelo regime vigente”. Com o passar do tempo algumas reivindicações foram atendidas, no que tange ao ensino, temos hoje a Lei 10.639/03 alterada pela Lei 11.465/05 que prevê o ensino da história africana e a Lei 12.711/12, que também garante vagas para o acesso de pessoas negras ao ensino superior, porém ainda nos falta muito para um real reconhecimento desse povo, visto que, segundo dados do IBGE, desde o ano de 2012 – promulgação da Lei 12.711/12 -, foi apenas em 2019 que os negros se tornaram maioria nas universidades públicas¹³.

A partir desses pontos Fernandes (2006b, p. 224) destaca que “a “iniciativa privada” e a “competição” foram e ainda são altamente nocivas, pois exigem e fortalecem interferências sobre o “curso normal” dos processos econômicos, criando assim, um clima especulativo incoercível nas relações mercantis”. Sendo assim compreendemos que a Revolução Burguesa nada mais é que o conjunto das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no período em que o desenvolvimento capitalista atingiu seu pico, dando início à modernidade no Brasil. E assim temos uma burguesia com grande espírito modernizador, que se colocou nas cidades definindo seus interesses e poder no comércio por interesse e tendo como principal inimigo: no passado, o escravo e posteriormente, o liberto; no presente, o assalariado ou semi-assalariado do campo e da cidade.

[...] o poder burguês fez da *iniciativa privada* e de seu sistema um verdadeiro bastião, que protege e une os interesses privados internos e externos [...]. Ao concretizar-se, a Revolução Burguesa transcende seu modelo histórico [...]. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação [...] com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado [...] (FERNANDES, 2006b, p. 257-8).

¹³ Disponível em: g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1ª-vez-pretos-e-pardos-são-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml. Acesso em: 30 dez. 2020.

Fernandes (2006b, p. 338-43) destaca, e aqui devemos dar bastante atenção, que não há um único modelo de Revolução Burguesa, ela pode ocorrer de diversas formas, e ao contrário do que se imaginava, a dependência e o subdesenvolvimento não são estágios passageiros destinados ao desaparecimento “graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capitalista”, visto que essa autonomização exige a ruptura da dominação externa, o que dificilmente ocorrerá, já que o objetivo principal das burguesias é “manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deterioreem”.

O capitalismo dependente que aí se configura não é apenas nem principalmente a relação de dependência econômica e de insuficiente poder sobre o excedente econômico. Ele é, sobretudo, um complexo de relações sociais e de mentalidades orientadas em oposição às demandas ideais da revolução burguesa e do próprio capitalismo (FERNANDES, 2006b, p. 19).

Foi através do estudo a respeito do capitalismo dependente que Fernandes desvendou os dilemas da nossa Revolução Burguesa e destacou (2009, p. 12) “suas peculiaridades, seu caráter retardatário, a força e a fragilidade da burguesia que se mantinha enraizada na aristocracia rural” do passado, mostrando assim as múltiplas facetas da dominação burguesa perante a sociedade de classes brasileira. Trata-se aqui de sociedade de classes, pois, classe social nos remete à ideia de organização de classes na ordem social vigente, contudo, como destaca o autor:

[...] o capitalismo dependente não tem condições de gerar uma ordem competitiva [...] [ele] molda a sua própria ordem social competitiva, na qual a "condição burguesa" reflete os limites dentro dos quais esse tipo de capitalismo imprime universalidade e eficácia às condições estruturais mínimas e à forma residual do "modo de ser burguês". [...] o capitalismo dependente cria condições estruturais que restringem diretamente a participação econômica e, indiretamente, a participação sociocultural e política dos trabalhadores assalariados (FERNANDES, 2009, p. 68-74).

Contudo, a sociedade de classes se faz possível, de acordo com Fernandes (2009, p. 80-104), pois, “possui seus próprios dinamismos econômicos, sociais e culturais” e a dominação externa. Nesse caso, “é observada pela elite como economicamente vantajosa e cultural ou politicamente necessária, por impor o privilegiamento das classes média e alta”, a fim de manter as bases internas de dominação, havendo uma forte tendência de se preservar esse superprivilegiamento “à medida em que os interesses destas classes se viram ameaçados pela mobilidade social dos setores assalariados”.

Aqui surge o Estado como um “braço forte”, sendo utilizado pela classe dominante como meio de intervenção para controle. Isso pode ser observado atualmente com a busca por reformas na educação, tendo como principal objetivo uma universalização dos temas de ensino, prevendo uma “contribuição no alinhamento das três esferas do governo visando uma educação de qualidade, a fim de garantir um patamar comum de aprendizagem a todos os estudantes” (BNCC, 2018, p. 08). Contudo se apenas pararmos para pensar na realidade do nosso país saberemos que um patamar comum de aprendizagem entre todos os estudantes é algo praticamente impossível, visto que há uma grande diferença entre as escolas públicas e privadas aqui existentes.

Florestan Fernandes, em seus escritos, nos destacava os dilemas até então presentes em nossa sociedade. Quando fez a reconstituição dos povos Tupinambás nos apresentou uma outra visão de povo indígena, que se faz além daquela imagem de povo colonizado que há muito nos era apresentada, que conseguimos observar durante o desenvolvimento da sociedade brasileira e que ainda observamos nos dias de hoje.

Ao tratar dos negros em São Paulo, o autor nos traz a situação deste povo no pós-abolição, traçando as complexidades de um povo que, quando liberto, não teve suas necessidades atendidas no período, situação essa que também se manteve no desenvolver da sociedade e, mesmo com a luta do movimento negro, mantém seus resquícios na atualidade.

Ao tratar da Revolução Burguesa brasileira, Florestan Fernandes realiza uma análise do desenrolar do capitalismo juntamente com o desenvolvimento da sociedade brasileira, análise que se segue em *Capitalismo Dependente...* e que, de acordo com o próprio autor, não se finda, mas instiga debates a respeito, estes que vêm a ocorrer com os novos pensadores que surgem.

A partir dos pontos destacados acima conseguimos afirmar que a Sociologia de Florestan Fernandes pode ser vista como um legado de interpretação do Brasil, pois ela não se finda nas últimas páginas de seus livros, pelo contrário, ela nos permite, além da análise do período em que se insere, uma explanação do presente servindo também de base para novas análises e discussões.

3.1 A SOCIOLOGIA NO ENSINO SECUNDÁRIO E OS DILEMAS EDUCACIONAIS

Com as reformas educacionais, uma das disciplinas que mais sofre consequências no ensino público é a Sociologia. Desde sempre ela se defrontou com obstáculos em seu caminho, os primeiros deles, de acordo com Fernandes (1980, p. 28-30), diziam respeito ao meio cultural do período, sendo a “incompatibilidade da ordem patrimonial com a livre exploração do

pensamento racional”, visto que toda e qualquer técnica de consciência social precisaria ser compatível com as funções da tradição na formação do horizonte intelectual, a fim de não interferir nos fundamentos da sociedade; e as próprias “resistências culturais aos fundamentos da concepção científica do mundo”, resistência de uma sociedade onde as atitudes diante desses objetos eram pautadas pelas tradições, por interesses conservadores e por valores religiosos. A oposição da sociedade perante a Ciência Social defendia assiduamente o sistema tradicional e católico de concepção do mundo.

Fernandes (1980, p. 38) dá ênfase ao fato de terem sido os professores que, a fim de enfrentarem as necessidades da nova situação imposta, se puseram a propor reformas educacionais que ajustassem o ensino às necessidades existentes. Aos poucos o ensino passou a atender as diferenças e a Sociologia passou a ter reconhecimento e ser introduzida, a partir de 1925, nos currículos educacionais brasileiros. A partir disso, e sob influência de interesses, “a sociologia foi incorporada em vários serviços, departamentos e instituições, oficiais e particulares”.

O ensino da Sociologia na escola secundária é um ponto de grande importância a ser discutido pelos Sociólogos brasileiros, pois esta é, de acordo com Fernandes (1980, p. 106), a melhor forma de apresentação e divulgação de conhecimentos desta área do saber, também pode ser compreendida como “uma condição para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano auxiliando na compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social”, destacando que não se necessita muito para perceber que, nas condições do então sistema educacional brasileiro, não havia a possibilidade de um ensino médio que possibilitasse algum papel às Ciências Sociais, e segue salientando que haveria uma possibilidade – e necessidade – de inclusão do ensino de Sociologia na escola secundária com as condições atuais do sistema educacional, porém devem-se abrir mão das técnicas antiquadas de ensino, devendo fundamentar-se nas exigências de diversificação do ensino superior que surgiram com o desenvolvimento da sociedade.

É importante destacar que, a Sociologia no Brasil pode ser vista como um fenômeno histórico cultural conectado ao desenvolvimento da ordem social capitalista, iniciado a partir da desagregação do regime senhorial e escravocrata, ou seja, em detrimento da Revolução Burguesa no Brasil, podendo ser compreendida através de três épocas de desenvolvimento:

A primeira época se caracteriza pelo fato dominante de ser a sociologia explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação. [...] A segunda época se caracteriza pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira. [...] A terceira época se caracteriza pela preocupação dominante de

subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático (FERNANDES, 1980, p. 27-8).

É na educação, principal meio de desenvolvimento de nossa sociedade, que observamos mais claramente as formas de dominação e as consequências dos fatos ocorridos durante o desenvolvimento de nosso país, pois sabemos ser verdadeira a frase de Paulo Freire de que “sem educação a sociedade não muda”, para muitos é necessário que as classes menos favorecidas mantenham-se aquém da educação, ou com ela de forma básica, assim, raros são os indivíduos das classes menos favorecidas que adentram ao ensino superior, visto que o ensino superior brasileiro é de elite para a elite, isso faz com que seja menos penoso o processo de dominação.

Contudo, com os processos políticos ocorridos ao longo do tempo, criaram-se diversas políticas públicas que facilitaram e levaram grande parte da população menos favorecidas a cursarem o ensino superior, tendo como premissa principal o ensino público, gratuito e de qualidade, no entanto pode-se afirmar que muito ainda falta para universalizar esse nível de ensino, visto que:

A nossa "burguesia nacional" ignora o que a nacionalização do ensino e da pesquisa representa para o seu próprio "poder coletivo" e para o que esse poder deveria significar como meio de autodefesa de uma posição competitiva nacional. No fundo, aqui reaparece, por trás da alienação, uma forma típica de entreguismo e de submissão passiva aos controles educacionais e culturais externos. O que se faz é predispor o País para aceitar os requisitos educacionais e culturais da civilização industrial a partir de uma situação dependente crônica, aparentemente desejável aos olhos dos círculos empresariais e conservadores (FERNANDES, 1975, p. 142).

Tal como já mencionado, no meio educacional Fernandes trabalhou ativamente durante grande parte de sua vida intelectual, seja com produções ou em movimentos em defesa da educação, pois enquanto nos demais países que têm Revoluções Burguesas em sua história a educação obtinha suporte coletivo, aqui no Brasil, Roberto Leher em *A Contestação Necessária* apud Fernando de Azevedo (2015, p. 18) destaca que “ela tem sido sufocada, porque ritmos intensos de alteração amedrontam as elites das classes dominantes, que temem deslocamentos do poder”.

Fernandes via a educação, principalmente o ensino da Sociologia, como um meio de formação do indivíduo na compreensão e na atuação crítica perante a sociedade, ou seja, a educação deveria ser voltada à formação de cidadãos críticos e atuantes, cientes da realidade em que se inseriam. Como destaca Costa (2011, p. 41), “os debates ocorridos na década de 50 tratavam de certa ampliação da participação democrática, trazendo as diferentes camadas da

sociedade em busca de uma universalização da cidadania e dos direitos sociais”, a educação nesse contexto aparecia como um fator de mudança social.

Os entraves ao desenvolvimento seriam mais facilmente superados se a educação pudesse se orientar para a formação de cidadãos capazes de aderir crítica e conscientemente aos desafios do planejamento dentro da nova ordem social, baseada no uso da ciência e da tecnologia para escolher as alternativas futuras (COSTA, 2011, p. 42).

A partir dos pontos destacados, conseguimos perceber o embate travado por Florestan em todos os âmbitos que se propôs analisar. Seus escritos nos apresentam um panorama do Brasil de sua época e contextualizá-los hoje nos traz uma base do Brasil da atualidade, que ainda mantém algumas raízes no “desenvolvimento” pós-Revolução Burguesa, seja no meio político ou no meio educacional, pontos em que mais permeamos nossa análise.

Em suas análises, Florestan pensava os indivíduos como agentes de transformações, destacando, de acordo com Costa (2011, p. 48), que, quando “capazes de discernir criticamente os interesses políticos, não se submetiam tão facilmente às manipulações dos donos do poder e poderiam formular e participar ativamente de projetos reconstrução social”, sendo a educação um fator importante neste meio, pois:

Apenas por si mesma, a educação não se erige em fator de aperfeiçoamento humano e da civilização. [...] a utilização da educação como forma de expandir a ordem democrática poderá ser apropriada e deturpada pelas camadas dominantes com o objetivo de resguardar suas posições privilegiadas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade de classes ou, por outro lado, pode servir como meio de luta das camadas subordinadas para ampliar o alcance dos direitos sociais, da democratização do poder e da cultura numa ordem mais igualitária (COSTA, 2011, p. 48-9).

Sabemos que Florestan Fernandes foi um defensor do ensino público, e seu papel em relação à educação não deixou a desejar, seja no seu período enquanto catedrático na USP ou enquanto Deputado Federal, neste sentido devemos destacar aqui sua importante atuação no período em que se iniciaram as discussões a respeito do desenvolvimento das Leis de Diretrizes e Bases – LDB de 1961, considerada a primeira LDB, organizada a fim de definir e regularizar o sistema de educação brasileiro de acordo com a Constituição de 1934. No ano de 1959, Fernandes esteve presente na campanha em defesa da escola pública denominada Manifesto “Mais uma Vez Convocados”, assim chamado em alusão ao Manifesto Pioneiros da Educação Nova de 1932. É importante frisar que neste período Florestan Fernandes ainda não era deputado, mas sim professor da USP.

Esse movimento surgiu com o lema “verba pública para escola pública”, pois tinha-se a percepção de que o ensino público precisava ser condizente com a realidade dos estudantes, e o que se debatia na Câmara dos Deputados era uma equiparação dos recursos entre escolas públicas e privadas, mesmo este ponto tendo entrado na redação da LDB de 1961 (Art. 9º letra f)¹⁴, recebeu veto. Em 1971 e 1996 tiveram outras modificações nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contudo em 1971 Fernandes estava exilado no Canadá devido à sua aposentadoria compulsória pelo Regime Ditatorial no Brasil e em 1996 ele já havia concluído seu segundo mandato de Deputado Federal.

No ano de 2020 discutiu-se o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – que visa uma parcela dos recursos federais destinada à manutenção da educação básica brasileira. Podemos dizer que este era o grande sonho de Florestan Fernandes defendido no Manifesto de 1959, que se materializou em um programa que vigorou de 2007 a 2020, o principal debate era sobre sua continuidade.

Tinha-se em meio às discussões uma proposição semelhante àquela de 1961, uma espécie de equacionamento entre as verbas das escolas públicas e privadas, “vivemos a maior mobilização de rede social da história da educação brasileira” relatou o dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, ao portal Brasil de Fato¹⁵, e continuou, “fizemos jus a luta de Florestan Fernandes, que tentou essa aprovação em 1961, na LDB, e não conseguiu”.

As votações a respeito da proposta para o novo FUNDEB ocorreram na semana do dia 14 (quatorze) de Dezembro de 2020, tendo sido aprovada no dia 17 (dezessete), aguardando a sanção do Presidente da República, esta que veio no dia 25 (vinte e cinco)¹⁶. Dessa forma o FUNDEB passou a fazer parte da Constituição através da emenda constitucional (108/2020), tornou-se a Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 e, a partir de 2021, torna-se um fundo permanente.

Professor intelectual, homem público, sociólogo, Florestan Fernandes é associado não só às pesquisas brasileiras, mas também de toda América Latina. Como Sociólogo e professor intelectual, ao longo de seus anos de trabalho e das publicações realizadas (mais de 50 obras), deu vida a uma nova forma de pesquisa, fazendo nascer uma nova forma de atuação que transformou o pensamento intelectual brasileiro na época. Como político atuou em diversas

¹⁴ Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 30 dez. 2020.

¹⁵ Disponível em: brasildefato.com.br/2020/12/18/fizemos-jus-a-luta-de-florestan-fernandes-comemora-daniel-cara-sobre-o-novo-fundeb. Acesso em: 08 jan. 2021.

¹⁶ Disponível em: www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/12/presidente-sanciona-a-regulamentacao-do-novo-fundeb. Acesso em: 08 jan. 2021.

frentes, dentre as principais, além da participação na LDB, atuou na elaboração da Constituição de 1988. Nesta, fazia parte da subcomissão de Educação e Cultura, em que apresentou entre 93 e 96 emendas¹⁷, das quais 36 fizeram parte do texto final. Florestan Fernandes foi declarado como patrono da Sociologia brasileira em 24 de julho de 2006 pelo Congresso Nacional.

¹⁷ Durante leituras e pesquisas a respeito, não foi possível encontrar o número exato, por isso optou-se pela aproximação.

CONCLUSÃO

Nascido em São Paulo, filho de empregada doméstica, teve acesso aos estudos primários por morar com sua madrinha – a patroa de sua mãe. Foi nesse lugar também que pode vislumbrar uma vida além da realidade em que vivia, pois dentro daquele vínculo, além do acesso aos estudos tinha também acesso a livros e ao convívio com pessoas de diferentes nacionalidades. Considerado por muitos como um autodidata, Fernandes abandonou os estudos por um tempo, pois precisava ajudar sua mãe financeiramente, concluiu seus estudos com o curso de madureza e ingressou, aos 21 (vinte e um) anos de idade, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – USP. Florestan obteve também os títulos de mestre e doutor, ambos pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Podemos dizer que Fernandes era um intelectual, contudo, ao contrário do que costumamos observar dos que o são, ele não era oriundo da elite. Sua formação foi majoritariamente com professores intelectuais franceses, que na época se faziam presentes nas Universidades Brasileiras, este fato fez com que o autor sempre pensasse em opor ao conhecido *made in France o feito no Brasil*, e conseguiu, pois suas obras não se mantiveram em apenas uma linha, mas permeiam o meio antropológico, social – no que tange o desenvolvimento da sociedade brasileira – educacional – em especial a Sociologia e o ensino público brasileiro - e político, sendo reconhecidas no meio acadêmico. São mais de 50 obras publicadas, tendo a última publicada em 1996, lhe premiado com um Jabuti na categoria ensaios. Florestan Fernandes desenvolveu um novo estilo de pesquisa e de atuação intelectual.

No período correspondente ao Regime Militar no Brasil, Fernandes atuava como Professor Catedrático de Sociologia I na USP e, assim como muitos professores do período, foi investigado e aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5. Neste período exilou-se no Canadá, onde trabalhou como *Latin American in Residence* na Universidade de Toronto. Alguns anos após o seu retorno ao Brasil, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e elegeu-se como Deputado Federal, o que só fortaleceu sua atuação política, em especial no que diz respeito ao meio educacional.

As obras destacadas neste trabalho nos permitiram uma análise do desenvolvimento do Brasil, das populações indígenas, estudadas em *A Organização Social dos Tupinambá* e em *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, permeando o processo de colonização portuguesa, aos processos históricos que trouxeram o fim da Era Colonial e o capitalismo ao Brasil, que perpassam pelas obras *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (vol. 1 e 2), *A Revolução Burguesa no Brasil*, *Capitalismo Dependente* e *Classes Sociais na América Latina*,

chegamos no advento dos pensadores sociais com alguns nomes retratados em *A Contestação Necessária*, e o importante papel de Florestan Fernandes no meio educacional, tratado em *A Universidade Brasileira* e em *A Sociologia no Brasil*

As obras que retratam os povos Tupinambás marcam o início da carreira de Florestan Fernandes, obras antropológicas de cunho funcionalista. Nestas, Fernandes conseguiu fazer a reconstituição de um povo que há muito tempo era considerado extinto; com *A Integração do negro na sociedade de classes*, dividida em dois volumes, o autor obteve sua Cátedra de Sociologia I na USP, essa de cunho histórico-estrutural funcionalista, nos permite análise e reflexão do desenvolvimento da sociedade brasileira no período pós-abolicionista, destacando as heranças deste período que ainda mantemos.

A obra *A revolução burguesa no Brasil* surge em um período marcante na vida deste autor, sendo um ensaio de análise sociológica produzido em duas etapas: durante seu exílio no Canadá e, concluída, no seu retorno ao Brasil, nos traz uma análise do Brasil ditatorial e da evolução do capitalismo no país; mesmo a obra anterior tendo sido concluída no retorno de Fernandes ao Brasil, a obra que marca este momento é *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, também composta por ensaios, nos traz uma explicação simples sobre as discussões acerca da modernização brasileira e da constituição do capitalismo dependente no país.

A Contestação Necessária é considerada a última obra – póstuma - escrita por Florestan Fernandes e publicada após seu falecimento, nessa temos reunidos intelectuais que pensavam a luta de classes, nos permitindo reflexões e análises dessas lutas em um período de turbulência e onda conservadora presente, com essa obra o autor recebeu o Prêmio Jabuti. *A Universidade Brasileira* e *A Sociologia no Brasil*, nos apresentam indiretamente a luta da vida de Florestan Fernandes que permeava a defesa do ensino público, gratuito e de qualidade para toda a sociedade brasileira.

A partir da análise aqui realizada, temos um panorama do desenvolvimento brasileiro que nos permitiu perceber as vertentes presentes nas obras de Fernandes bem como a relevância de seu pensamento e a interpretação crítica que o mesmo realiza sobre o desenvolvimento do Brasil através de uma espécie de linha histórica invisível.

Pensar na burguesia retratada por Florestan Fernandes em suas obras, que buscava a manutenção e o controle do processo de dominação desde os primórdios do desenvolvimento da sociedade capitalista, buscando concentrar-se no poder econômico, nos permite visualizá-la nos dias de hoje em uma elite que, com os mesmos objetivos, busca moldar a sociedade de

forma que tenha suas necessidades atendidas e possa se manter assentada na estrutura da sociedade.

O período pré e pós-abolição da escravatura retratado pelo autor, bem como as heranças deste período nos ajuda a conceber uma análise acerca do racismo presente nos dias de hoje, a relação imigrante-escravo também é observada quando percebemos a relação pela cor da pele – uma das heranças do período ainda mantida – feita por muitos dentro da sociedade, onde partem da premissa do pensamento comum que “pele escura possui menos valor”, portanto sendo o imigrante negro, a relação com o imigrante branco se difere. Essa herança não permanece só nos casos de discriminação pela cor da pele, as violências físicas e psicológicas se tornaram cada vez mais comuns, os casos de agressões, humilhações e mortes cresceram, de acordo com notícia do portal G1¹⁸, assassinatos de negros aumentam 11,5% de 2008 a 2018, diz Atlas da Violência, de 34, passou para 37,8 para cada 100 mil brasileiros, e dos homicídios no Brasil, 75,7% representam pessoas negras.

Importante destacar também que estes fatos permeiam todos os âmbitos da sociedade, o acesso à trabalho e estudo também foi, durante algum tempo, reduzido às pessoas negras, diversas foram – e ainda são – as lutas do Movimento Negro para sanar essas diferenças, no que diz respeito à educação, ponto defendido assiduamente por Florestan Fernandes, temos um ensino projetado de elite para elite, esta seria uma forma de facilitar a dominação nesse meio, assim dificultaria o acesso pelas classes menos favorecidas, tendo em vista o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, os negros seriam os mais prejudicados. Por muito tempo a presença de negros nas escolas e universidades foi pequena, processo que só passou a mudar com a criação da conhecida Lei de Cotas, contudo, como já destacado anteriormente, foi apenas em 2019 que os negros se tornaram maioria nas universidades públicas.

No meio educacional, Florestan Fernandes defendia a formação do homem crítico, de indivíduos agentes de transformações sociais que não se submetessem facilmente às manipulações dos donos do poder, características que seriam abraçadas pelo ensino da Sociologia. Nessa mesma área, o autor defendia o ensino público, gratuito e de qualidade, estando presente em movimentos que defendiam a escola pública.

Nesse sentido, destacamos a Campanha em Defesa da Escola Pública de 1959, em que Florestan Fernandes se fez presente percorrendo diversas cidades com o lema “verba pública para escola pública”, este movimento aconteceu em um período em que se iniciaram as

¹⁸ Disponível em: [g1.globo.com/sp/são-paulo/noticia/2020/08/27/assassinatos-de-negros-aumentam-115percent-em-dez-anos-e-de-nao-negros-caem-129percent-no-mesmo-periodo-diz-atlas-da-violencia.ghtml](https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/27/assassinatos-de-negros-aumentam-115percent-em-dez-anos-e-de-nao-negros-caem-129percent-no-mesmo-periodo-diz-atlas-da-violencia.ghtml). Acesso em: 02 jan. 2021.

discussões a respeito da que ficou conhecida como primeira LDB em 1961, e que tinha como projeto uma equiparação dos investimentos das escolas públicas e particulares. A mobilização de Fernandes ganhou grande apoio, mas não obteve sucesso na época, porém no ano de 2020 debateu-se o novo FUNDEB que, assim como em 1959, tinha-se a discussão da equiparação dos investimentos, o que gerou uma grande mobilização online com o dizer #FUNDEBéPúblico, e o que Fernandes defendia em 1959 foi aprovado no ano de 2020, a partir deste ano (2021), o FUNDEB passa a ser um fundo permanente de manutenção do ensino público.

A partir dos pontos destacados anteriormente, se faz visível a importância de Florestan Fernandes enquanto intelectual brasileiro, suas obras permeiam todas as áreas da Ciência Social tornando-o um dos poucos autores da área a ter escritos Antropológicos, Políticos e Sociológicos de grande relevância. Destaque que, obviamente, não se mantém somente nas páginas de um trabalho acadêmico, mas para manter sua relevância precisou amparar-se em uma metodologia que permita identificação de resultados e análise crítica, a fim de permitir continuidade em suas reflexões por outras investigações, era essa, aliás, uma das defesas de Florestan Fernandes e também o que buscamos realizar neste trabalho, não para fundá-lo por aqui, mas com o intuito de continuarmos com esses debates.

Dessa forma, reafirmamos o objetivo deste trabalho de através de uma análise bibliográfica, refletimos a importância da Sociologia de Florestan Fernandes na interpretação do Brasil. Conseguimos com o que aqui foi exposto, do início ao fim dos anos vividos por este autor, observar essa importância tendo em vista que, o que foi analisado por Fernandes no período das publicações de suas obras não ficou apenas nas últimas páginas, mas também nos auxiliou a pensar o nosso – e demais – períodos como uma base de análise, reflexões e discussões.

À guisa de conclusão e para reafirmar a importância de Florestan Fernandes na Sociologia brasileira, destacamos aqui o que já trouxemos anteriormente, Fernandes desenvolveu uma vasta produção com atenção aos índios, aos negros, às elites brasileiras, à burguesia, à democracia, à educação, etc. Com isso, ele próprio demonstra que fez uma análise do Brasil e como também já destacado, não buscava fundar esses assuntos, mas sim nos permitir maiores reflexões a respeito deles, desejo que foi atendido, pois todos os temas citados continuam sendo motivos de estudos, atenção e interpretação, dentro e fora da academia.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Arremate de uma reflexão: A revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes**. Revista USP, São Paulo (29): 56-65, março/maio 1996.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. Florestan Fernandes e o compromisso do intelectual com a defesa da educação pública In: BATISTA, Eraldo Leme (Org.); et. al. **Os intelectuais em defesa da educação brasileira**. Uberlândia, Navegando Publicações, 2018.
- BARROS, Albenizia A.; RODRIGUES, Francisco X. F.; TEIXEIRA, Maria. Trajetória e Contribuições de Florestan Fernandes para a Institucionalização do Ensino de Sociologia no Brasil. **REVISTA CAFÉ COM SOCIOLOGIA**: Dossiê História do Ensino de Sociologia, v. 4, n. 3, dez. 2015.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio**. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2018.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. **Florestan Fernandes e o Ensino da Sociologia na Escola Média Brasileira**. Revista Inter-legere: UFRN, n. 09, jul/dez, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. SP: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?**. SP: Alfa-Omega, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. SP: UnB, 1989.
- FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3. ed. – SP: Globo, 2006a.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed., SP: Globo, 2006b.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: (O legado da raça branca). v. 1, 5ª ed., SP: Globo, 2008a.
- FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: (No limiar de uma nova era), v. 2, SP: Globo, 2008b.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. rev., SP: Global, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **A Contestação Necessária**. 2ª ed, SP: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

FREITAG, Bárbara. **Florestan Fernandes: revisitado**. Revista USP: São Paulo, 19 (55), 2005.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. SP: Ática, 1994.

ZAMBELLO, Aline Vanessa [et. al]. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.

ANEXO

Cronologia¹⁹

1920

Nasce em 22 de julho, em São Paulo, filho de Maria Fernandes, imigrante portuguesa. A infância pobre, a realização de pequenos serviços e as constantes mudanças de endereço impediram que concluísse o curso primário.

1937

Trabalhando como garçom no bar do Bidu, no centro de São Paulo, é estimulado, por frequentadores, a voltar a estudar. No ano seguinte, inicia o curso de três anos de madureza (equivalente ao supletivo) e passa a trabalhar vendendo produtos farmacêuticos.

1941

Ingressa no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP).

1944

Conclui o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Em 16 de setembro, casa-se com Myriam Rodrigues, com quem teve seis filhos – Heloísa, Noêmia, Beatriz, Silvia, Florestan e Miriam Lúcia – e com quem viveu até o fim da vida.

1945

Torna-se segundo-assistente na cátedra de Sociologia II da FFCL-USP.

1946

Traduz escreve uma introdução para a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx (Flama), para coleção organizada pelo amigo e companheiro de militância trotskista Hermínio Sacchetta.

1947

Torna-se mestre em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com a pesquisa *A organização social dos Tupinambá*.

1951

Doutora-se em sociologia, com a tese *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, na FFCL-USP.

1952

Assume o posto de assistente de Sociologia I, cátedra que assumiria dois anos depois, na condição de regente.

1953

Livre-docente da cadeira de Sociologia I da FFCL-USP, com a tese *Ensaio sobre o método da interpretação funcionalista na Sociologia*.

¹⁹ SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Florestan: a inteligência militante**. SP: Boitempo, 2005. P. 229-232.

1960

Torna-se um dos líderes da campanha *Em defesa da escola pública*.

1964

Catedrático de Sociologia I com a tese *A integração do negro na sociedade de classes*.

É preso por criticar as perseguições policiais na FFCL-USP.

1965-1966

Visiting Scholar na Universidade de Colúmbia (EUA).

1968

Resistindo a pressões cada vez mais fortes, radicaliza as críticas contra a ditadura.

1969

É aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5.

1969-1972

Torna-se professor na Universidade de Toronto (Canadá).

1973

Regressa ao Brasil. Produz inúmeros artigos contra o regime militar.

1975

Publica *A revolução burguesa no Brasil* (Zahar), obra que combina conceitos weberianos e marxistas na interpretação do processo histórico brasileiro.

1977

Visiting Scholar da Universidade de Yale (EUA).

1978

De volta ao Brasil, passa a dar aulas nos programas de Pós-Graduação da PUC/SP, a convite de Dom Paulo Evaristo Arns.

Atento às conjunturas políticas, estuda o pensamento de Lenin. Organiza uma coletânea de textos do dirigente russo para a coleção *Grandes Cientistas Sociais*, da Ática, que coordenou, e promove a reedição de textos clássicos do marxismo.

1979

Ministra curso, na USP, sobre a revolução cubana.

1981

Publica *O que é revolução* (Brasiliense)

1983

Inicia colaboração regular no jornal *Folha de São Paulo*. Os artigos publicados na imprensa deram origem a vários livros nas décadas de 1980 e 1990.

1986

É homenageado em encontro na Unesp.

Elege-se deputado federal constituinte pelo PT-SP, com 50.024 votos.

1987-1988

Durante o processo constituinte, apresenta 93 emendas, tendo 34 aprovadas.

Integrou a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, as comissões de Família, Educação, Cultura e Esportes, de Ciência e Tecnologia e de Comunicação.

1990

Doutor *honoris causa* da Universidade de Coimbra (Portugal).

Reelege-se para a Câmara com 27.676 votos.

1995

Conclui o livro *A contestação necessária*, reunindo perfis de ativistas e pensadores de esquerda.

Falece em São Paulo, em 10 de agosto, após um fracassado transplante de fígado.

2005

O MST inaugura a Escola Nacional Florestan Fernandes, para a formação de trabalhadores sem terra, em Guararema.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP dá seu nome à nova biblioteca central da universidade.

Livros de Florestan Fernandes²⁰

- A organização social dos Tupinambá*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2. ed., São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.
- A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo, Museu Paulista, 1952; 2. ed., São Paulo, Pioneira, 1970.
- A etnologia e a sociedade no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo, Anhembi, 1958.
- Branços e negros em São Paulo*. Em colaboração com Roger Bastide, edição independente. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959; 3. ed., 1971.
- Anhembi*, 1953; edição original, com outros trabalhos de vários autores. São Paulo, Anhembi, 1955.
- Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960; 2. ed., refundida, com um ensaio global introdutório, 1974; 3. ed., 1976.
- Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1959; 2. ed., 1971; 3. ed., 1973.
- Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1961; 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1979; 3. ed., São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962; 2. ed., reorg. e ampl., Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1964; 2. ed., São Paulo, Dominus, 1965, 2 v., 3. ed., São Paulo, Ática, 1978, 2 v.
- Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus, 1966.
- Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959; 2. ed., 1967, reimp., 1972; 3. ed., Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978; 4. ed., São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968; 2. ed., 1972; 3. ed., 1975; 4. ed., 1981.
- The Latin American in Residence Lectures*. Toronto, University of Toronto, 1969/1970.
- Elementos de sociologia teórica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970; 2. ed., 1974.
- O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macrossociológico do Brasil*. Organizador. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972; 2. ed., 1975.
- Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação* (Organizador). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- Las classes sociales em America Latina*. Co-autoria com N. Poulantzas e A. Touraine. México, Siglo Veintiuno, UNAM, 1973; ed. bras.: *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973; 2. ed., 1975; 3. ed., 1981.
- A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; 2. ed., 1976; 3. ed., 1981.
- Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; 2. ed., 1979.
- Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo, Hucitec, 1976; 2. ed., 1977.
- A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977; 2. ed., 1980.

²⁰ SEREZA, Haroldo Ceravolo. **Florestan: a inteligência militante**. SP: Boitempo, 2005. P. 233-236.

- A condição de sociólogo*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- O folclore em questão*. São Paulo, Hucitec, 1978; 2. ed., 1989; 3. ed., São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- Lênin*. Organização e introdução. São Paulo, São Paulo, Ática, 1978. P. 7-49 (Duas edições.)
- Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- Brasil, em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo, Ática, 1980.
- Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- O que é revolução?* São Paulo, Brasiliense, 1981. (Seis edições.)
- A ditadura em questão*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982. (Duas edições.)
- K. Marx, F. Engels: história*. (Organização e introdução). São Paulo, Ática, 1983.
- A questão da USP*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Que tipo de república?* São Paulo, Brasiliense, 1986. (Três edições.)
- Nova república?* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986. (Três edições.)
- O processo constituinte*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1988.
- A constituição inacabada: vias histórias e significado*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- O desafio educacional*. São Paulo, Cortez, 1989.
- Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- O significado do protesto negro*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.
- A transição prolongada*. São Paulo, Cortez, 1990.
- As lições da eleição*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1990.
- Florestan Fernandes* (depoimento). Brasília, Inep, 1991. (Memória Viva da Educação Brasileira, v.1).
- O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.
- Reflexão sobre o socialismo e a auto-emancipação dos trabalhadores*. São Bernardo do Campo, Departamento de Formação Política e Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, 1992.
- Parlamentarismo: contexto e perspectivas*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1992.
- LDB: impasses e contradições*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1993.
- Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 1994.
- Tensões na educação*. Salvador, SarahLetras, 1995.
- A contestação necessária*. São Paulo, Ática, 1995. (Essa obra recebeu da Câmara do Livro, em 1996, o Prêmio Jabuti, na categoria Ensaio.)
- Em busca do socialismo*. São Paulo, Xamã, 1995.

Obras traduzidas para outros idiomas

- La guerre et le sacrifice humain chez les Tupinambá*. Trad. Suzanne Lussagnet. Publicado e editado em separata por *Journal de la Société des Americanistes*, Paris, Musée de L'Homme, 1952.

- Fundamentos empíricos de la explicación sociológica*. México, UNAM [s. d.].
- The Negro in Brazilian Society*. Trad. Jacqueline D. Skiles, A. Brunel e Arthur Rothwell. Editado por Phyllis B. Eveleth, Nova York/Londres, Columbia University Press, 1969 e, como *paperback*, Nova York, Atheneum, 1971.
- Die Integration des Negres in die Klassengesellschaft*. v. 1: trad. Jorgen Grabvener, Bad Homburg, Berlin/Zurich, Gehlen, 1969; v. 2: trad. Angela Dulle, Munique, Wilhelm Fink, 1977.
- La revolución burguesa em Brasil*. Trad. Eduardo Molina. México, Siglo Veintiuno, 1978.
- Reflections on the Brazilian Counter-revolution*. Organização e introdução de Warren Dean, Armonk. Nova York, M. E. Sharpe, 1981.

Autoria de tradução

Karls Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução. São Paulo, Flama, 1946.